

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

MIRNA KARINE SANTOS RIBEIRO

**A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS PÚBLICAS NO
MARANHÃO**

São Luís

2018

MIRNA KARINE SANTOS RIBEIRO

**A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS PÚBLICAS NO
MARANHÃO**

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Professora Dr^a Dirlene Santos Barros.

São Luís

2018

Ribeiro, Mirna Karine Santos

A trajetória histórica das editoras universitárias públicas no Maranhão
/ Mirna Karine Santos Ribeiro. – 2018.

70 f.

Orientador(a): Profª Dr. Dirlene Barros.

Monografia (Graduação) – Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Editoras universitárias 2. Editoras universitárias públicas 3. Universidade Federal do Maranhão – Universidade Estadual do Maranhão I. Título

MIRNA KARINE SANTOS RIBEIRO

**A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS PÚBLICAS NO
MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Dirlene Santos Barros (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Diana Rocha (Examinadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Márcia Cordeiro (Examinadora)
Universidade Federal do Maranhão

A Jesus Cristo, que sustenta e torna possível
todas as coisas, toda honra, glória e louvor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me inspirado a escrever e por estar comigo em todo o tempo.

Aos meus pais, por sempre cuidarem da minha educação, e em especial à minha mãe, Angela Maria Santos Ribeiro, por me amar e me incentivar a seguir em frente.

Aos meus amigos, por terem caminhado comigo durante a minha formação e por continuarem na minha vida, especialmente Rayssa Silva e Eliza Lago.

Aos meus professores, por me ensinarem com propriedade e por despertarem em mim o amor à Biblioteconomia.

A minha orientadora, a professora Dirlene Barros, por ter tido grande disponibilidade e paciência enquanto me esclarecia, e por ter feito muito mais do que eu poderia esperar de uma orientadora.

As professoras Diana Rocha e Marcia Cordeiro e ao bibliotecário da Editora da Universidade Federal do Maranhão, Roberto Carvalho, pela leitura atenciosa e sugestões dadas ao meu trabalho.

Ao diretor da Gráfica Universitária da Universidade Federal do Maranhão, Ezequiel Filho, por ter me ajudado da melhor forma na consolidação desta pesquisa.

E a todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram a chegar à conclusão da minha graduação.

RESUMO

Contribuição das editoras universitárias públicas no Maranhão. Objetiva investigar a trajetória histórica das editoras da Universidade Federal do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão. Identifica quais os fatores sociais, políticos e culturais que delinearão o contexto das editoras universitárias públicas brasileiras e aponta os desafios e as dificuldades que marcaram o seu desenvolvimento no país. Assinala a função e a importância das editoras para a universidade e para a disseminação de conhecimento. Ressalta o seu papel social na transformação da realidade maranhense por meio da educação. Através de levantamento bibliográfico e de pesquisa documental, verifica a estruturação e o funcionamento das editoras da Universidade Federal do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão e as alterações sofridas ao longo dos anos. Analisa suas publicações por área do conhecimento e suas contribuições para as universidades em que estão inseridas e para a sociedade. Constata o arrefecimento das atividades editoriais na EDUFMA por conta das mudanças de gestão e a necessidade da EDUEMA de maior estruturação de suas atividades. Conclui ressaltando a relevância das editoras universitárias para a preservação da cultura e para a difusão do conhecimento.

Palavras-chave: Editoras universitárias públicas. Universidade Federal do Maranhão. Universidade Estadual do Maranhão.

ABSTRACT

Contribution of public university publishers in Maranhão. It aims to investigate the historical trajectory of the publishers of the Federal University of Maranhão and the State University of Maranhão. It identifies the social, political and cultural factors that outlined the context of Brazilian public university publishing houses and points out the challenges and difficulties that marked its development in the country. It points out the role and importance of publishing houses for the university and for the dissemination of knowledge. It emphasizes its social role in the transformation of the reality of Maranhão through education. Through a bibliographical survey and documentary research, it verifies the structuring and operation of the publishing houses of the Federal University of Maranhão and the State University of Maranhão and the changes undergone over the years. It analyzes its publications by area of knowledge and its contributions to the universities in which they are inserted and to the society. It notes the cooling of editorial activities at EDUFMA due to changes in management and the need for EDUEMA to further structure its activities. It concludes by emphasizing the relevance of university publishing houses for the preservation of culture and the diffusion of knowledge.

Keywords: Public university publishers. Federal University of Maranhão. State University of Maranhão.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	EDITORAS UNIVERSITÁRIAS: da gênese ao desenvolvimento.....	11
2.1	As editoras universitárias no mundo.....	17
2.2	A trajetória histórica das editoras universitárias no Brasil.....	21
2.3	Produção acadêmica sobre editoras universitárias.....	30
3	EDITORAS UNIVERSITÁRIAS MARANHENSES.....	35
3.1	EDUFMA estreitando os laços entre a Universidade e a sociedade.....	36
3.2	EDUEMA na disseminação do conhecimento à sociedade.....	42
3.3	EDUFMA e EDUEMA: contribuição para além da publicação de obras.....	46
4	CONCLUSÃO.....	55
	REFERÊNCIAS.....	57
	ANEXOS.....	61

I INTRODUÇÃO

As editoras universitárias representam parte da materialidade intelectual da universidade no Brasil por possibilitar a efetivação da produção, publicação e disseminação do conhecimento quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em outras palavras, o conhecimento produzido na universidade é difundido através da atuação editorial, que dá base ao ensino, fomenta novas pesquisas e divulga seus resultados.

A universidade e a editora trabalham juntas no intuito de disseminar o conhecimento na comunidade acadêmica e na sociedade em geral, visando divulgar informações aos indivíduos quanto às mais variadas problemáticas e contribuir para a construção de uma realidade melhor.

Assim, a importância dessas casas de publicação se dá por seu papel científico e social de preservação e extensão do conhecimento, colaborando com a produção de trabalhos que se propõem a valorizar e conservar a cultura da sociedade em que se encontram.

Além disso, enquanto mediadoras do conhecimento entre a universidade e a sociedade, elas têm o compromisso de levar informações que contribuam para a transformação e a melhoria da qualidade de vida em sua cidade, Estado e país, num contínuo esforço para a construção de um mundo mais igualitário por meio da educação.

No entanto, no Brasil a educação ainda enfrenta muitos desafios, principalmente quando depende das verbas públicas. Essa realidade causa impacto nas universidades públicas e, conseqüentemente, nas editoras universitárias, que são influenciadas pelas diferentes visões governamentais que se seguem.

Por conta disso, muitas casas de publicação brasileiras enfrentaram e ainda enfrentam dificuldades para realizar suas atividades nas universidades, por causa dos poucos recursos orçamentários, ou ainda por conta da falta de condições e de incentivo da própria instituição em relação a elas.

Muitas vezes a própria gestão universitária desconhece a importância e a função da editora, deixando de fornecer a ela os aparatos necessários para a realização de suas tarefas. Outras vezes, a comunidade acadêmica não conhece seu trabalho dentro do campus, o que interfere na divulgação de pesquisas.

Nesse sentido, é importante estudar a relevância e o papel das editoras universitárias dentro e fora da universidade. Logo, este trabalho se propõe a investigar sua história nas universidades públicas do Maranhão, isto é, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), a fim de compreender sua realidade atual nos contextos brasileiro e maranhense.

A escolha pela contribuição das editoras universitárias públicas do Maranhão ocorreu em virtude da pesquisadora ter um interesse maior, dentro da área da Biblioteconomia, por estudos históricos e que envolvam a produção de livros. Interesse este intensificado na disciplina História do Livro e das Bibliotecas e, por considerar que esses espaços se constituem em um importante mercado para os bibliotecários.

Baseada nessas considerações, é que saber “De que forma ocorreu a constituição histórica da EDUFMA e da EDUEMA, bem como os desafios enfrentados ao longo dessa constituição?” se tornou o problema condutor desta pesquisa.

Com base nessa questão, o estudo busca “verificar como ocorreu a constituição histórica dessas editoras, apontando os desafios enfrentados ao longo de sua jornada”, averiguando a estruturação e as alterações sofridas ao longo dos anos. Também serão analisadas suas contribuições para as instituições nas quais estão inseridas.

Considera-se que a investigação sobre as editoras públicas universitárias é de suma importância para o contexto de produção de conhecimento e, de forma mais intensa, para a difusão do conhecimento científico produzido no âmbito do ensino superior. De modo que esta pesquisa possibilita melhor conhecer as contribuições da EDUFMA e da EDUEMA.

Outro aspecto que se considera importante na realização desta análise é o fato das editoras universitárias definirem o modo de publicação das produções científicas dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), assim como deterem o poder de decisão do que publicar, influenciando, significativamente, na visibilidade dos resultados das pesquisas.

Dessa forma, este estudo se caracteriza como bibliográfico, pois ocorre “[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos [...]” (FONSECA, 2002, p. 32), tais como teses, dissertações, monografias e livros que levam ao conhecimento do tema de modo geral. Dentre os autores utilizados, destacam-se Bufrem (2001), Guedes e Pereira (2000), Knapp (1986), Araújo (1986), Costella (1970) e Unwin, Unwin e Tucker (2018).

No intuito de analisar documentos específicos dessas casas livres, para compreendermos a respeito da história, da estrutura e do funcionamento delas, a pesquisa também possui caráter documental, uma vez que consultou e analisou documentos internos, tais como Política Editorial (2013), Regimento Interno (2013) e relatórios anuais, objetivando coletar informações para que fosse possível a concretização dos objetivos propostos nesta pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto à abordagem, a pesquisa se posiciona como qualitativa, pois visa o aprofundamento da compreensão da história e da realidade das casas de publicação

universitárias das duas instituições, com o objetivo de explicar os fatos analisados que não podem ser quantificados (GUEHARDT; SILVEIRA, 2009).

Como se trata de um tema pouco estudado na área da Ciência da Informação e Biblioteconomia, conforme ressaltado na seção três, o foco é histórico, evidenciando a trajetória daqueles locais desde o seu surgimento, como forma de trazer mais informações sobre o objeto investigado e compreender sua realidade hoje.

As trajetórias, os conceitos, a importância, as influências etc., foram estudados para delinear a situação das duas editoras universitárias no Maranhão mencionadas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A análise dos dados obtidos a partir dos documentos foi feita de acordo com a literatura da área. Após a análise procurou-se descrever a história e realidade das duas editoras universitárias através da exposição de suas características, assinalando o caráter descritivo da pesquisa (GIL, 2007).

A dificuldade, ou mesmo a falta, de acesso aos documentos e informações a respeito das editoras citadas foram uma constante ao longo da realização do trabalho. Tal realidade possibilitou que a pesquisa tivesse algumas lacunas de ordem histórica e administrativa. Consequentemente, a averiguação do tema se deu através das informações que foram possíveis de obter.

Em termos estruturais, esta monografia está organizada em quatro seções, sendo que a primeira corresponde à introdução, onde se apresenta o porquê da escolha da temática, sua importância, os objetivos e o percurso metodológico para o seu alcance.

Na seção dois foi feito um histórico das editoras universitárias no mundo e no Brasil, para que se pudesse entender o conceito e o papel que este tipo de casa livreira possui hoje em dia. Em seguida foi feito um levantamento das produções acadêmicas sobre a temática na finalidade de verificar a abrangência da literatura na área.

Na seção três prosseguiu-se então com a descrição do histórico das duas editoras investigadas, e foram analisados à luz da literatura os dados obtidos a respeito de sua organização e funcionamento; foram apontadas contribuições e propostas ações que ajudassem as editoras a efetivar suas atividades, seguida da seção quatro com a conclusão.

2 AS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS: da gênese ao seu desenvolvimento

A importância das editoras públicas universitárias reside na divulgação das pesquisas e outras produções do conhecimento realizadas pelas IES. Esta afirmativa encontra respaldo no fato das editoras comerciais definirem suas publicações de acordo com o retorno do lucro que elas oferecem. Em termos das publicações acadêmicas, geralmente, as vendas são baixas, acabam não atraindo a atenção das editoras comerciais.

Nesse sentido, a existência de editoras universitárias públicas é importantes por contrapor com a ordem do mercado e difundir pesquisas, registrando-as e possibilitando o avanço e aperfeiçoamento do conhecimento científico.

À vista disso, a editora é a responsável pelo planejamento da produção de livros, o que envolve a seleção, a edição e a divulgação desses materiais. O conceito desse espaço foi sendo formado ao longo da história e refletiu as inovações e os contextos sociais de cada época.

Logo, esse conceito mudou ao longo do tempo, à medida que evoluíam as tecnologias e as formas de comunicação humana. Assim, para entender o que é editora no presente, é preciso lembrar a trajetória de elementos essenciais, tais como a escrita, o livro, o papel e a impressão, além do próprio editor.

Quando a escrita foi inventada, 5000 anos a.C., seu objetivo não era a disseminação de informação, mas a fixação de assuntos sociais importantes, tais como genealogias, ensinamentos religiosos e códigos de conduta. O crescimento das sociedades tornava cada vez mais difícil guardar informações na memória (ALBUQUERQUE, 2017).

Para gravar o que era escrito, diversos suportes foram utilizados ao longo do tempo, tais como a tábua de argila, o papiro e o pergaminho. Com o crescimento dos povos e das sociedades, o volume de informações também aumentou, o que tornou necessário a preservação dos escritos através desses suportes.

Knapp (1986) aponta que, no terceiro milênio antes da nossa era, eram publicados tabletas de argila com conteúdo religioso na Suméria, na Babilônia e no Egito. Formas mais organizadas de construção de livros foram feitas na Babilônia, com os copistas.

O autor ainda assinala que a figura do editor, como o concebemos hoje, existe no Ocidente desde o tempo do Império Romano, e cita exemplos de escritores deste período que mencionaram seus editores em suas obras, como é o caso de Cícero, Ovídio e Horácio.

A invenção do códice, estrutura de encadernação de folhas dobradas ao meio e costuradas uma sobreposta à outra, trouxe grandes mudanças para a humanidade no que diz respeito à preservação e à difusão de informação (MELOT, 2012).

Chartier (1994) enumera as vantagens do códice que ajudaram no seu estabelecimento como formato de livro, apontando que ele é mais resistente quando há necessidade de transporte, mais fácil de ser manuseado pelo leitor e, por ser compacto, mais prático para a armazenagem e organização. Essas vantagens foram potencializadas pelo papel, inventado em 105 a.C. na China.

No século XI, também na China, Bi Sheng inventou a impressão por tipos móveis. Mais tarde, o papel chegou a Europa através dos árabes, mas não a imprensa, e “A razão pode muito bem estar na insistência Árabe na cópia à mão do Alcorão [...]” (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p.1, tradução nossa)¹.

Knapp (1986, p. 19-20), destaca que:

Depois dos editores da Antiguidade, a profissão sumiu durante séculos. Os livros continuaram sendo copiados, sobretudo nos mosteiros. Mas raramente, e só excepcionalmente, eram comercializados. Eram cópias para uso próprio. Entramos na época do obscurantismo da Idade Média, com a elitização do conhecimento.

No entanto, com o surgimento das universidades no século XII, tais como as de Salerno e de Bolonha, a confecção de livros começou a se expandir por causa da demanda de livros para o ensino, especialmente dos escritos gregos antigos, quando reapareceu uma espécie de editor. (VERGER, 1992).

Por conta disso, “Papelerias universitárias foram criadas para suprir a demanda; estas eram controladas pelas universidades, que emolduravam regulamentações sobre o conteúdo e o tamanho dos livros e estabeleciam preços para venda e aluguel.” (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p. 1, tradução nossa)².

No século XV, o alemão Johannes Gutenberg inventou a imprensa por tipos móveis na Europa. Concebida inicialmente como uma maneira de evitar os erros das cópias à mão, logo se percebeu sua capacidade de produzir livros em massa, o que favoreceu o crescimento do mercado livreiro (RIBEIRO; CHAGAS; PINTO, 2007).

Nesse contexto, o tipógrafo trabalhava como fundidor de tipo³, editor, impressor, publicador e livreiro, gerenciando por si só a sua atividade gráfica. Somente meados do século

¹ “The reason may well lie in Arab insistence on hand copying of the Qur’ān [...]” (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p.1).

² “University stationers were established to supply the demand; these were controlled by the universities, which framed regulations about the content and size of books and set prices for sale and for rental.” (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p. 1).

³ “[...] pequeno bloco de metal fundido onde se encontra, em relevo, determinado sinal (letra, vírgula, acento etc.)” (ARAÚJO, 1986, p 299).

XVI ao século XVIII, as divisões de tarefas começaram a se delinear entre o impressor, o editor e o livreiro.

Como afirmam Unwin, Unwin e Tucker (2018, p. 1, tradução nossa),

As funções peculiares do editor – selecionar, editar, e projetar o material; fazer o arranjo de sua produção e distribuição; e carregar o risco financeiro ou a responsabilidade por toda a operação – muitas vezes se mesclam no passado com aquelas do autor, do impressor ou do livreiro. Com o aumento da especialização, no entanto, a editoração se torna, certamente no século 19, uma ocupação crescentemente distinta⁴.

A imprensa rapidamente se espalhou pelos centros comerciais mundiais. Unwin, Unwin e Tucker (2018), apontam o papel da Itália no amadurecimento da imprensa, com o trabalho do impressor-editor Aldus Manutius, que teve a ideia de criar edições de livros menores e mais baratas para novos leitores, baixando os custos com o uso econômico das páginas.

A França também trouxe grandes contribuições para a edição e a publicação de livros. Destacam-se o Reitor da Universidade da Sorbonne, Jean Heynlin e o bibliotecário do Rei Luís XI, Guillaume Fichet que, em 1470, convidaram três impressores alemães para criar uma prensa na instituição; e a família Stephanus, que com suas publicações ininterruptas por cinco gerações, levou a França a liderar a produção de livros naquela época (SORBONNE, [20--]).

Além disso, Francis I, rei da França de 1515 a 1547, possuía interesse pessoal pela produção de livros, e ordenou a um dos membros da família Stephanus que fosse dada uma cópia de cada livro grego que a família imprimissem à Biblioteca Real, fundando o depósito legal (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018).

Segundo os autores supracitados, depois de 1550, a Holanda deteve o título de maior publicadora de livros. Uma de suas grandes contribuições para a imprensa foi a produção de atlas e de livros de emblemas. Essas obras possuíam grande demanda, uma vez que a Holanda se caracterizava por ser um país de muitos marinheiros.

Em 1618, Louis XIII, na França, fez uma tentativa de regular o comércio de livros, criando o *Chambre des Syndicats*, organização semelhante à Companhia dos Livreiros já existente na Inglaterra, que visava controlar as atividades do mercado livreiro. Unwin, Unwin e Tucker (2018, p.1, tradução nossa), apontam que:

O poder da censura, embora permanecesse por algum tempo com a Sorbonne, também passou eventualmente a funcionários da coroa. Sob essas condições, os editores estavam inclinados a ter cautela; como em outras áreas estritamente regulamentadas,

⁴ “The functions peculiar to the publisher—*i.e.*, selecting, editing, and designing the material; arranging its production and distribution; and bearing the financial risk or the responsibility for the whole operation—often merged in the past with those of the author, the printer, or the bookseller. With increasing specialization, however, publishing became, certainly by the 19th century, an increasingly distinct occupation.” (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p. 1).

trabalhos mais controversos apareceram pela primeira vez fora do país (frequentemente na Holanda ou em Genebra) ou sob uma impressão falsa⁵.

Os autores apontam que um dos nomes que se destacam na Alemanha nesse período é o de Philipp Erasmus Reich, que em 1765 propôs a ideia de uma associação de livreiros. Em 1825 a ideia se concretizou, tornando-se o *Börsenverein der Deutschen Buchhändler*, uma organização única de editores, atacadistas e varejistas.

Na Inglaterra também foram feitas tentativas de controlar o negócio editorial. No fim do século XVII a editoração se expandiu rapidamente com a ascensão da publicação de periódicos, e os autores começaram a ser mais reconhecidos pelo público quando suas obras faziam sucesso nas vendas.

No mercado literário em expansão, a editora empreendedora tentou reunir todos os autores mais promissores para escrever para ele. Através de suas inclinações pessoais, seu senso de gosto do público e sua prontidão para arriscar a novidade, ele começou a desempenhar uma parte de si mesmo no curso do desenvolvimento literário. À medida que esse lado do negócio absorveu cada vez mais suas energias, a separação final entre editora e livreiro surgiu, embora nunca tão decisivamente quanto aquela entre o livreiro e o impressor (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p. 1, tradução nossa)⁶.

Nesse contexto, em 1709 foi aprovada a Lei de Direitos Autorais na Grã-Bretanha⁷, marcando um momento de transição e avanço nas atividades referentes aos livros. A Lei visava conciliar as diferentes necessidades de escritores, editores e impressores com as do público, e acabar com o privilégio e a pirataria (CAVALHEIRO, 2001).

Ainda na Grã-Bretanha começaram a se formar associações cooperativas entre editores como um meio de financiar obras volumosas, o que pode se entender como a origem da prática de coedição.

Outros países europeus e da América desenvolveram seus ofícios editoriais e, através das obras produzidas, tiveram seu papel na alfabetização e na difusão do conhecimento para as classes médias. Embora esses países tenham dado contribuições no que diz respeito à imprensa

⁵ “The power of censorship, though it remained for a time with the Sorbonne, also passed eventually to officials of the crown. Under these conditions, publishers were inclined to exercise caution; as in other strictly regulated areas, more controversial works first appeared outside the country (often in Holland or Geneva) or under a false imprint.” (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p. 1).

⁶ “In the expanding literary market, the enterprising publisher tried to collect all the most promising authors to write for him. Through his personal inclinations, his sense of public taste, and his readiness to risk novelty, he began to play a part of his own in the course of literary development. As this side of the business absorbed more and more of his energies, the final separation of publisher and bookseller came about, though never so decisively as that between bookseller and printer.” (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p. 1).

⁷ A Lei estipulava que para as obras publicadas depois dessa Lei, os direitos autorais eram de 14 anos, e não mais. Contudo, se o autor ainda estivesse vivo ao fim desse período, os direitos autorais seriam devolvidos a ele por um período de mais 14 anos. Penalidades foram estabelecidas para quem desrespeitasse a Lei. (CAVALHEIRO, 2001).

e ao livro, nenhuma mudança técnica nos métodos de produção de livros realmente aconteceu até o século XIX (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018).

Foskett et al. (2017), ressaltam que a grande produção de livros nessa época também gerou o aumento do número de bibliotecas e o aparecimento da biblioteca pública gratuita. Os editores receavam que a disponibilização de livros nas bibliotecas fizesse o número de vendas diminuir. No entanto, as vendas aumentaram.

No século XIX grandes revoluções aconteceram, marcando o começo da editoração moderna. Uma série de avanços técnicos, reflexo da Revolução Industrial do século XVIII, impactou a publicação e o comércio de livros possibilitando o aumento da produção e a redução de custos.

De acordo com Unwin, Unwin e Tucker (2018, p.1, tradução nossa),

[...] Estereotipagem⁸, prensa de ferro, aplicação de energia a vapor, *typesetting*⁹ e composição mecânica, novos métodos de reprodução de ilustrações - essas invenções, desenvolvidas ao longo do século e muitas vezes resistidas pelo tipógrafo, representaram uma revolução na produção de livros¹⁰.

O aprimoramento dos meios de comunicação e de distribuição de informação ocorreu paralelamente ao aumento populacional na Europa e nos Estados Unidos. A demanda por conhecimento e por entretenimento levou à produção de livros diversos que atendessem a todas as categorias, da acadêmica a juvenil.

A atividade dos produtores de livros ia se organizando, com discussões a respeito da pirataria, dos direitos autorais, entre outras. Os catálogos de livros feitos pelas editoras eram cada vez mais elaborados e abrangentes, e, posteriormente, se tornaram listas nacionais.

A mecanização da imprensa no século 19 e seu posterior desenvolvimento no século 20, o que andou de mãos dadas com o aumento da alfabetização e o aumento dos padrões de educação, finalmente trouxe a palavra impressa à sua poderosa posição como um meio de influenciar as mentes e, portanto, as sociedades (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p.1, tradução nossa)¹¹.

A publicação de livros cresceu de modo substancial no começo do século XX. Muitas gráficas, como a *Methuen* e a *American Book Company*, já eram consideradas grandes

⁸ Conversão de uma composição com caracteres móveis numa matriz fixa, com os relevos das letras, possibilitando a tiragem de diversos exemplares (HEITLINGER, 2016).

⁹ Distribuição das folhas.

¹⁰ "Stereotyping, the iron press, the application of steam power, mechanical typesetting and typesetting, new methods of reproducing illustrations — these inventions, developed through the century and often resisted by the printer, amounted to a revolution in book production." (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p.1).

¹¹ "The mechanization of printing in the 19th century and its further development in the 20th, which went hand in hand with increasing literacy and rising standards of education, finally brought the printed word to its powerful position as a means of influencing minds and, hence, societies." (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p.1).

organizações e contavam com um número significativo de funcionários, possibilitando a especialização das funções dentro da empresa.

A especialização tornou-se frequente, particularmente em livros educacionais, à medida que as necessidades das novas populações escolares se realizavam. Algumas empresas, como a Macmillan, em suas casas britânicas e americanas, começaram a emitir livros escolares quase por acaso; depois, à medida que as vendas cresceram mais lucrativamente, elas desenvolveram departamentos separados para livros escolares e universitários. Outras, como The American Book Company e Methuen em Londres, começaram especificamente com os livros educacionais em mente. (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p.1, tradução nossa)¹².

Após a Primeira Guerra Mundial, em 1918, o número de universidades aumentou, principalmente nos Estados Unidos, levando a uma maior demanda por livros acadêmicos. A produção desse tipo de material se tornou uma parte importante das editoras americanas, se não a mais importante de muitas delas.

O fim da Primeira Grande Guerra levou à proliferação da chamada literatura de guerra; ou seja, relatos de pessoas e suas experiências durante esse período. A vontade e a necessidade de documentar esses acontecimentos fomentou a produção de livros que serviram para o estudo da História mundial nas universidades (JAECKEL, 2016).

A qualidade gráfica do livro começou a ser assunto de interesse na produção livresca, começando por William Morris na gráfica *Kelmscott*, em Londres, na década de 1890. Seu cuidado com o *design* do livro inspirou outros editores a se preocuparem com a apresentação do livro enquanto visualmente desejável.

Unwin, Unwin e Tucker (2018, p. 1, tradução nossa) apontam que:

Deve-se notar, no entanto, que a responsabilidade pelo design estava passando da impressora para o editor; como o primeiro, com o crescimento de seus negócios, tornou-se mais industrialista e menos artesão, este último percebeu que ele próprio deveria se encarregar desse aspecto do livro¹³.

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, o conhecimento científico avançou bastante por conta das invenções tecnológicas que surgiram nesse período, gerando assuntos altamente especializados, que demandavam novos livros; Universidades especializadas em tecnologia se espalharam pelo mundo, formando um amplo mercado para os editores.

¹² “Specialization became frequent, particularly in educational books, as the needs of the new school populations were realized. Some companies, such as Macmillan, in both its British and American houses, had begun to issue schoolbooks almost by chance; then, as their sales grew most profitably, they developed separate departments for school and college textbooks. Others, such as The American Book Company and Methuen in London, had begun specifically with educational books in mind.” (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p.1).

¹³ “It should be noted, however, that responsibility for design was passing from the printer to the publisher; as the former, with the growth of his business, became more the industrialist and less the craftsman, the latter realized that he must himself take charge of this aspect of the book.” (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p.1).

Ainda de acordo com aqueles autores, as técnicas de impressão também avançaram, com o surgimento da fotocomposição juntamente com o aparecimento de máquinas de grande porte para uma produção ainda maior. Em 1950 os chamados livros de bolso foram largamente aceitos pelo público e espalhados em diversos pontos de venda.

A proliferação de universidades levou a uma demanda por editoras exclusivamente universitárias que tivessem como objetivo servir às necessidades acadêmicas da instituição, isto é, “[...] publicar material especializado que uma empresa puramente comercial consideraria impraticável.” (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p.1, tradução nossa)¹⁴.

A existência de editoras criadas unicamente com o propósito de servir de base ao ensino nas universidades foi uma grande mudança que trouxe novos olhares no que diz respeito a sua importância para a produção de conhecimento científico.

2.1 As editoras universitárias no mundo

A primeira editora universitária do mundo foi a de Oxford, que começou em 1478 e se destinava à publicação de livros religiosos e de ensino. No mesmo ano foi publicado seu primeiro livro, chamado *Expositio in Symbolum Apostolorum*, um texto patrístico a respeito do credo dos apóstolos (ELIOT, 2013).

Em seguida, a universidade de Cambridge estabeleceu sua editora em 1521, e em 1534 recebeu de Henrique VIII privilégios reais para imprimir qualquer espécie de livro. No ano de 1584 publica sua primeira obra, intitulada *Two Treatises of the Lord His Holie Supper*, também de caráter religioso (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, [20--]).

Assim, a finalidade das primeiras editoras universitárias era a publicação de livros religiosos, o que foi se alterando ao longo do tempo. O intuito da publicação era unicamente dar base às atividades dos professores no que tange ao ensino religioso nas instituições.

Outras editoras universitárias foram surgindo, e como conta Rosa (2009), indústrias editoriais de muitos países surgiram a partir das universidades, como é o caso da Europa. Nos Estados Unidos também surgiram muitas casas livreiras, e por conta da diferença no seu modo de atuação em relação à Inglaterra, duas concepções se formaram.

A concepção inglesa via a editora como estreitamente vinculada à universidade, enquanto a concepção americana não atentava para o compromisso entre a política editorial e o planejamento universitário.

¹⁴ “[...] to publish specialized material that a purely commercial firm would find impracticable to handle.” (UNWIN; UNWIN; TUCKER, 2018, p.1).

Na Inglaterra o foco das casas de publicação universitárias era atender as necessidades acadêmicas de ensino. Já nos Estados Unidos o foco era a publicação de obras científicas e culturais que não encontravam espaço nas editoras comerciais por conta da dinâmica do mercado, que visa apenas o que é amplamente consumido pelo público (BUFREM, 2001).

Dessa forma, as editoras nas universidades dos Estados Unidos vão se desenvolvendo sob um aspecto de difusão da cultura, publicando obras de pesquisa científica com relevância de ideias, sem visar o lucro. Essa perspectiva influenciou grandemente o modo como se entende a editora universitária no Brasil em seu caráter político e cultural.

Com o aparecimento e o desenvolvimento de mais casas livres em universidades em vários lugares do mundo, o planejamento e a ação de cada uma delas naturalmente divergiu entre si, o que se refletiu na forma de agir e na própria estrutura desses espaços.

Entretanto, é importante ressaltar que o conceito de universidade é caracterizado pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Logo, enquanto produtora de conhecimento científico, ela é uma instituição que deve contribuir com a sociedade, fazendo isso através da educação, que funciona como um instrumento de transformação da realidade social.

Portanto, a realização de pesquisas na universidade gera e produz conhecimentos que devem ser difundidos para atender demandas sociais. Para que isso aconteça, existe a necessidade de documentação e transmissão dos resultados das pesquisas, no intuito de manter uma relação entre a academia e a sociedade (BUFREM, 2001).

É nesse contexto que as editoras universitárias encontram sua justificativa, isto é, na comunicação necessária entre o conhecimento produzido e os indivíduos, uma vez que são responsáveis pela publicação de documentos, participando ainda da preservação e disseminação cultural.

Em outras palavras, esses locais devem atender às necessidades de ensino da instituição, porém também devem ter um viés de difusão de conhecimentos para a sociedade através da extensão, tendo como objetivo a preservação e a comunicação da cultura, baseando-se no próprio conceito de universidade (BUFREM, 2001).

No Brasil, as discussões em torno das casas de publicação universitárias levam em conta esses aspectos, que se apresentam como imprescindíveis num país cheio de diversidade e de desigualdade. Os papéis cultural e político da disseminação do conhecimento estão presente nas análises brasileiras sobre o tema.

Para que possa funcionar de modo adequado e cumprir seus objetivos, a editora deve primeiramente possuir um conselho editorial, que é responsável pelas tomadas de decisão no que concerne a todas as etapas da publicação de um livro (STUMPF, 1994).

O conselho editorial deve contar com profissionais capacitados de diversas áreas do saber e com conhecimento da instituição em que se encontram, para lidar da melhor forma com as produções científicas, atendendo às demandas universitárias e sociais de informação.

Cabe ao conselho editorial instituir a política editorial, que é o conjunto de diretrizes e critérios para a seleção, confecção, publicação, divulgação, distribuição e avaliação das obras produzidas pela casa livreira. Para que sejam apontados critérios e diretrizes, é necessária a estipulação de uma linha editorial, isto é, do que vai ser publicado (ROSINHA, 1989).

Nesse contexto, o editor precisa ter tanto um olhar técnico quanto um olhar cultural sobre seu trabalho, ciente de que a produção de livros vai além da simples confecção de materiais. As decisões a serem tomadas por ele devem refletir sua compreensão da realidade.

Araújo (1986, p. 35) ressalta que o editor é o encarregado de organizar, isto é, “[...] selecionar, normalizar, revisar e supervisionar, para publicação, os originais de uma obra [...]”, tendo uma atividade de construção e concepção do material bibliográfico.

Quanto à estrutura de funcionamento da editora, é preciso pensar na sua organização física, no pessoal qualificado para realizar as tarefas e nos equipamentos necessários para a prática editorial. Tudo isso deve refletir a sua importância dentro da IES, uma vez que dela depende.

Bufrem (2001, p. 151) destaca que a universidade deve estar presente em todas as etapas da publicação de livros, mas que essa participação não deve se tornar uma intervenção. A autora ainda ressalta que ela deve proporcionar as condições para o surgimento das editoras e seu funcionamento.

Algumas condições mínimas deveriam anteceder a implementação de um projeto editorial: recursos materiais, financeiros e humanos oriundos da própria instituição como possibilidades de comunicações e transportes; espaço físico para as funções básicas do trabalho editorial, pessoal qualificado ou possibilidade de contratação de serviços.

Além disso, ao pensar numa editora, é preciso pensar na organização do processo produtivo, para que haja qualidade em todas as etapas da editoração, ou seja, na seleção do que será publicado, na preparação dos originais, na edição do texto, na publicação e na divulgação e distribuição do material.

A avaliação do documento original que chega às mãos do editor é o primeiro passo para o trabalho de editoração. É nessa fase que é decidido se a editora vai publicar o material, o que

é feito de acordo com a linha editorial escolhida por ela, visando atender os seus objetivos em relação à universidade.

Uma vez aceita a responsabilidade de publicar, a editora então dialoga com o autor sobre o original e traça os planos para a edição propriamente dita. Esse diálogo é importante, pois permite que o autor esteja consciente dos processos que levarão à produção do livro, e que expresse seus desejos ao editor.

Segue-se então a etapa de preparação do original. Se necessário, o editor faz a revisão do texto, eliminando ou mesmo reescrevendo algumas partes, e ainda o normaliza. É nesse momento que começa a idealização do livro, isto é, o estabelecimento do estilo editorial e dos elementos gráficos a serem utilizados (MORISSAWA, 2008).

De acordo com Araújo (1986, p 33),

Aparentemente simples, o trabalho prévio com o original é, todavia, quase sempre complexo; da multiplicidade com que se apresentam, por exemplo, critérios ortográficos díspares, sistemas de notas, de bibliografia, de índices, de citações etc., o editor deverá imprimir ao original uma normalização harmônica desses e entre esses sistemas, compatível com a natureza mesma do texto.

Knapp (1986) aponta que a uniformização da grafia, a revisão ortográfica e a estilística, além das marcações dos lugares dos títulos e subdivisões, são partes dessa etapa. De modo geral, a preparação dos originais envolve a idealização espacial do conteúdo dentro do livro. A estrutura, o arranjo, as divisões de seções e todos os elementos necessários para compor o livro são colocados de forma a organizar o material.

Feito isso, ele está pronto para passar pela etapa do projeto gráfico, que consiste na distribuição dos elementos gráficos no espaço que se deseja. Pode-se dizer que é a parte prática do original idealizado: “A escolha correta do tipo¹⁵, do sistema de composição em que devem se gravar os caracteres, do papel onde se imprimirá essa composição e, finalmente, o cálculo prévio da quantidade de páginas que deverá ter o livro [...]”. (ARAÚJO, 1986, p 299).

A revisão do trabalho é essencial para a qualidade do produto final. Quando se trata de textos, podem ocorrer erros referentes à ortografia. Repetições, inversões de palavras, entre outras falhas, podem comprometer a leitura da obra e também a imagem da editora. Por isso, é importante que haja a revisão do material para que sua propriedade intelectual seja assegurada.

O material revisado é mandado para a gráfica, que é responsável pela impressão do livro. Nessa etapa, o editor faz indicações dos materiais necessários para o tipo físico da obra, tais como o papel a ser utilizado, a textura da capa, e ainda indica o número de tiragens a ser feito (CARRASCO, 2012).

¹⁵ Atualmente, é feita a escolha da fonte que comporá o conteúdo do documento.

A distribuição deve ser feita em livrarias e pontos de venda, e é uma etapa fundamental para a circulação do que foi produzido. Afinal, não faz sentido que os livros que passaram por todos esses processos sejam estocados, pois eles são a fonte de renda da editora e do editor (KNAPP, 1986).

Da mesma forma, a etapa de divulgação é importante para que a produção tenha visibilidade e para que o livro chegue ao leitor, dando sentido ao trabalho de publicação. A divulgação também é uma atividade da editora, que através de exposições e de eventos cria a demanda pelo produto.

Todas essas etapas foram se aperfeiçoando ao longo do tempo. Algumas editoras encontraram maior dificuldade em se estruturar e se profissionalizar, como é o caso principalmente das editoras universitárias públicas do Brasil.

2.2 A trajetória histórica das editoras universitárias no Brasil

As primeiras tentativas tipográficas no Brasil aconteceram no início no século XVIII. Nessa época, o país era Colônia de Portugal (1530-1822), e por conta disso era rigidamente controlado no que diz respeito às manifestações de pensamento.

Contudo, Costella (1970) aponta que algumas tipografias ainda assim surgiram, sendo fechadas posteriormente por conta da censura lusa que regia o período. Somente quando da vinda da Corte Portuguesa à Colônia, em 1808, em decorrência de sua fuga de Napoleão Bonaparte e das tropas francesas, o Brasil conheceu de fato a imprensa.

“Apesar da pressa, por ocasião da fuga, o Conde da Barca, ordenou que se colocassem na nau Medusa uns prelos adquiridos em Londres. Em 13 de maio de 1808, D. João baixou decreto determinando que, com tais prelos, se instalasse no Rio de Janeiro a Impressão Régia.”. (COSTELLA, 1970, p. 20).

Naturalmente, a censura esteve presente na forma de avisos e de ordens do que se poderia ou não publicar, permitindo o controle das impressões realizadas dentro do país e das informações a respeito de livros estrangeiros (MIRANDA, 1922).

Em Portugal, em 1820, alguns revolucionários, no entanto, iniciaram movimentos em direção à criação de uma monarquia constitucional, o que limitaria o poder das mãos do monarca. Por conseguinte, começaram a incluir em seus projetos de constituição, entre outras reivindicações, artigos para garantir a liberdade de expressão.

O desejo era de que o povo fosse ouvido, e para isso, a imprensa era um instrumento com potencial de grande alcance, o que reforçava a luta pela livre comunicação de ideias. Portanto, o incentivo à liberdade de imprensa era um pilar para a liberdade civil.

Após tentativas de repressão da revolução, a liberdade de imprensa finalmente foi decretada em Portugal nas *Bases da Constituição Política*, em 1821. Esses acontecimentos ecoaram no Brasil e pressionaram o governo português no país no mesmo sentido, o que levou à liberdade de imprensa brasileira também em 1821 (COSTELLA, 1970).

Com as mudanças que vinham acontecendo em escala mundial, aos poucos se foram delineando as gráficas, as livrarias e as editoras. As leis referentes às publicações e aos seus responsáveis também foram evoluindo e, pouco a pouco, as estipulações oficiais sobre essas questões foram sendo incrementadas.

A prática da editoração universitária no Brasil se iniciou na década de 1960 e foi evoluindo através dos movimentos em prol de sua estruturação e formalização, tais como encontros e seminários. Algumas universidades já possuíam serviços gráficos que foram pouco a pouco se transformando em editoras (BUFREM, 2001).

A publicação de periódicos já era realizada com intensidade nas universidades desde a década de 1930, porém como não havia a divulgação e nem a comercialização dessas obras, não se pode afirmar que existiam de fato editoras universitárias, mesmo que as publicações contassem muitas vezes com comissões editoriais.

A Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade de São Paulo (USP) foram as primeiras a possuir casas livres, criadas em 1961 e 1962, respectivamente. Pouco tempo após sua criação, em 1964, se instalou a Ditadura Militar, o que repercutiu negativamente em suas incubências, porém tornou possível a formação de uma mentalidade editorial universitária mais compromissada com a cultura. Conforme afirma Bufrem (2001, p. 34),

As primeiras editoras universitárias no Brasil foram criadas em 1961 e 1962, após o que houve um lapso de tempo, coincidente com o período autoritário, em que apenas as gráficas ou imprensas universitárias desenvolviam atividades que lhes eram peculiares, como a produção de materiais administrativos.

A Ditadura Militar foi o movimento extremo capitalista contrário às ideias socialistas dos governos brasileiros, o que levou à deposição do presidente João Goulart (1961 - 1964), durando 21 anos, de 1964 a 1985.

Nessa conjuntura, o ideal do governo era totalmente voltado para a produção de bens de consumo através de investimento industrial, e todas as esferas do país deveriam servir a esse propósito mercadológico. As questões sociais, principalmente a educação, serviriam apenas ao desenvolvimento econômico do país (ARAÚJO JÚNIOR, [20--]).

Assim, as universidades, tidas como espaços de livre circulação de ideias, teriam como objetivo o ensino voltado à cadeia produtiva e ao mercado; a pesquisa como ferramenta de transformação social não encontrava vez, num contexto em que a cultura não era valorizada.

A censura se fazia presente principalmente nos setores públicos. “O anseio por uma ‘limpeza’ ideológica levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e de textos, e à instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária.” (MOTTA, 2014, p. 2). Toda produção e conhecimento que ia de encontro aos ideais do Regime Militar, foram reprimidos.

Hallewell (2012) aponta que a repressão introduziu incertezas na política das editoras universitárias. De fato, elas tiveram como pano de fundo do seu desenvolvimento as consequências do Golpe Militar no que diz respeito à coerção contra as manifestações culturais.

Tal censura foi responsável pela fraca produção de conhecimento nesse período. É possível perceber o contraste entre a ação ditatorial, de controlar e reprimir a produção acadêmica, e o ideal de universidade como espaço livre para pesquisa e propagação do conhecimento.

A partir de 1966, embora existissem políticas governamentais que incentivassem a cultura e uma maior produção de livros, havia também um controle restrito sobre elas. Nas universidades públicas, ao mesmo tempo em que investia nas estruturas gráficas, o governo mantinha o livro sujeito à censura (ORTIZ, 1985).

Por causa disso, algumas imprensas universitárias conseguiram se organizar e se desenvolver baseadas em políticas editoriais, enquanto outras foram se desenvolvendo de forma “[...] bastante desvirtuada no período de autoritarismo, sem linha editorial ou compromisso com a universidade.” (BUFREM, 2001, p. 36).

Estas últimas não apresentavam programação contínua e realizavam suas atividades de acordo com os métodos das administrações que iam se sucedendo. Grande parte de suas publicações era de pouco valor em seu conteúdo. As editoras da UnB e da USP foram pioneiras no sentido de publicar obras de valor para o avanço cultural e científico.

Essa realidade levou ao estímulo e ao crescimento dos movimentos que visavam uma política geral de editoração, tais como os Seminários Nacionais das Editoras Universitárias, o que possibilitou amplas discussões a respeito do tema, além de direcionamentos práticos para o melhor funcionamento desses espaços.

Mesquita (1984 apud BUFREM, 2001) informa que desde 1979 as universidades começaram a promover melhorias nos seus programas de publicações, adquirindo maior rigor científico tanto no conteúdo quanto nos elementos gráficos. Medidas também foram tomadas em relação à constituição dos conselhos editoriais.

No Brasil, por conta de sua grande diversidade cultural, a discussão em torno das casas de publicação universitárias não se restringe ao plano de apoio às atividades de ensino. Seu

papel passa pelo plano político da instituição, porém tem um objetivo mais amplo, que é a preservação e a disseminação da cultura do país.

Nas palavras de Bufrem (2001, p. 20),

Os projetos editoriais universitários, em geral caracterizados como culturais, visam prioritariamente atender às funções básicas de ensino, pesquisa e extensão. São projetos políticos enquanto contribuem para atingir as finalidades da instituição. [...] Enquanto projeto cultural, a experiência editorial universitária pode voltar-se, ainda, para as peculiaridades regionais, de modo a conservar a cultura das minorias ou dos modos de vida intimidados pela industrialização.

Nesse sentido, as editoras universitárias brasileiras possuem uma importância e um papel muito amplo socialmente. Suas publicações não se resumem ao que é vendável ou ao que determina a lei do lucro que rege o mercado, mas ao que tem valor científico e cultural, o que leva a muitas vezes abrir mão do lucro.

A casa livreira universitária possui, portanto, diversas funções dentro e fora da universidade, embora por vezes elas operem de forma menos ampla do que poderiam, principalmente nas IES públicas, que dependem dos recursos governamentais.

Guedes e Pereira (2000) apontam que, antes de tudo, a editora universitária deve ser incentivadora da produção do conhecimento na medida em que fornece material para a prática pedagógica, muitas vezes preenchendo as lacunas bibliográficas existentes dos cursos de ensino superior.

A necessidade crescente de bibliografia gera o fomento da qualidade do ensino, demandando cada vez mais precisão e atualização dos materiais. Isso estimula a editora a aperfeiçoar suas práticas, o que leva à melhoria da qualidade de produção de livros e à melhor estruturação física de sua produção.

Segundo Bufrem (2001, p. 20), a editora pode trabalhar:

Viabilizando edições experimentais, por exemplo, de forma rápida e econômica; publicando resultados de pesquisas e experiências de sala de aula que devam chegar aos interessados em tempo reduzido; e possibilitando a edição de trabalhos intelectuais de modo a extrapolar os limites da universidade [...].

Além disso, deve haver interesse pelas manifestações culturais do país para que as essas editoras propiciem um conhecimento da realidade social, principalmente em níveis regionais, e como consequência preservem a cultura local para posterior recuperação por pesquisadores (BUFREM, 2001).

Como se pode observar, a prática das editoras universitárias traz contribuições para a produção acadêmica do país. Ela tem papel fundamental no crescimento nacional, pois produz conhecimento, e na formação e preservação da memória cultural do país, pois trabalha a realidade da sua região, cidade e Estado.

No entanto, para Guedes e Pereira (2000, p. 81), ‘É importante ressaltar, também, outros tipos de contribuição das Editoras Universitárias, que não dizem respeito diretamente àquilo que publicam, aos temas que são objeto de suas obras, como, por exemplo, a formação do leitor.’.

Ao produzir materiais de cunho geral e especializado, que discorrem sobre as mais variadas áreas do conhecimento e da cultura, por meio de um processo cuidadoso de seleção, e tornando-os acessíveis ao público através da divulgação, ela contribui para a reflexão e formação de leitores críticos.

Cabe também a ela o estímulo à atividade do novo autor, que dificilmente encontraria espaço nas editoras comerciais. Dessa forma, ela também forma o autor, pois o deixa a par do que é necessário para um produto de qualidade do ponto de vista editorial através do diálogo, e incentiva seu trabalho (GUEDES; PEREIRA, 2000).

As autoras ainda apontam que além do leitor e do autor, esses espaços ajudam a formar editores científicos, tanto apoiando publicações quanto realizando encontros e eventos entre editores que criam relações mútuas de apoio e divulgação das obras.

Podemos afirmar, portanto, que:

As Editoras Universitárias vêm, assim, ampliando sua atuação vinculada à educação e têm mesmo, à medida que se afirmam como centros difusores do conhecimento produzido nas Universidades ou de material relevante para o ensino e o debate acadêmico, contribuído para a própria afirmação institucional das Universidades (GUEDES; PEREIRA, 2000, p. 82).

Bufrem (2001) ressalta alguns dos eventos que foram se formando para discutir a questão das casas de publicação dentro das universidades no país, e que tornaram possível uma maior estruturação e profissionalização.

Antes de existir um fórum próprio de editoras universitárias, a discussão a respeito das publicações nas IES foi concebida nos Seminários de Publicações Oficiais Brasileiras (SPOB), uma vez que as obras produzidas nas universidades são consideradas como publicações oficiais, por estarem vinculadas à administração pública.

O primeiro SPOB aconteceu em Brasília em 1975, dentro do 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e, segundo Bufrem (2001, p. 81), “[...] representou um movimento de conscientização de bibliotecários, documentalistas e editores em relação aos problemas das publicações oficiais.”.

Dentre as questões discutidas no 1º SPOB estão o controle, a divulgação, a distribuição e a comercialização de publicações oficiais. São questões debatidas com o intuito de formalizar

e uniformizar a atividade de editoração desse tipo de publicação. O depósito legal nas bibliotecas e as questões de direito autoral também foram trabalhados nesse evento.

A normalização de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o uso dos códigos numéricos de controle pelas editoras, tais como o *International Standard Book Number* (ISBN)¹⁶ e o *International Standard Serial Number* (ISSN)¹⁷, foram fortemente recomendados como requisitos de padronização das publicações.

Em 1985, em Niterói, acontece o 1º Seminário Nacional de Editoras Universitárias (SNEU). Entre as recomendações desse seminário estão a promoção de maior intercâmbio entre as editoras universitárias, o incentivo aos meios de comunicação das universidades e das editoras e o estímulo à criação de associações em nível regional (BUFREM, 2001).

Também foi recomendado que as editoras priorizassem a produção de obras de integrantes da comunidade universitária, para estimular sua produção, e ainda a mobilização de editores e professores em prol da luta por mais verbas para uma consequente melhoria do ensino e da produção científica.

O 2º SNEU foi realizado em Salvador e também aconteceu em 1985, e recomenda a autonomia do conselho editorial dentro da universidade para a tomada de decisão sobre os diversos aspectos da publicação de documentos, e o estabelecimento da política editorial própria de cada instituição, como forma de assegurar as peculiaridades da região onde se encontram.

O 3º SNEU tomou vez em 1986 em Campinas, e as discussões a respeito do papel da casa de publicação universitária foram se aprofundando e se delineando à medida que surgem mais editoras nas IES e que são trabalhadas as questões culturais que decorrem da prática de ensino, pesquisa e extensão.

Na sessão de abertura, Jaime Pinsky, o então diretor da editora da Unicamp, promotora do evento, discorre sobre a função cultural das editoras universitárias iniciando com uma crítica sobre a forma desvirtuada que caracterizou o desenvolvimento das primeiras no período de autoritarismo. Sem linha editorial ou compromisso com a universidade ou com a comunidade, sem conselho editorial para definir a filosofia e também sem profissionalismo para executá-las, muitas editoras publicavam obras de caráter duvidoso, utilizando indevidamente verbas públicas (BUFREM, 2001, p. 90).

Algumas das considerações feitas nesse evento foram as dificuldades nas atividades de editoração no país, para que fosse possível propor soluções, e as formas de financiamento das revistas universitárias almejando manter a qualidade do trabalho, bem como seu nível científico.

¹⁶ Número internacional de padrão para livros que visa identificar o documento.

¹⁷ Número internacional de padrão para publicações seriadas que visa identificar os documentos.

O papel das editoras voltou a ser discutido sob uma perspectiva de promoção da qualidade do ensino universitário, incentivo à leitura, melhoria da arte gráfica das publicações e a conexão com a comunidade. Também foram analisados o papel da biblioteca juntamente com a editora na disseminação do conhecimento.

Houve um grande enfoque na parte prática editorial, com cursos a respeito das fases da editoração e produção gráfica, explanando os processos de registro, distribuição e divulgação das publicações. Como conclusão do 3º SNEU destaca-se a elaboração de um catálogo de todas as publicações das editoras universitárias pela UnB (BUFREM, 2001).

Em Goiânia no ano de 1987 aconteceu o 4º SNEU, onde se discutiu o problema da distribuição da produção editorial. Ressaltou a importância da circulação dos livros produzidos para que eles não fiquem estocados, e apontou as livrarias e os jornalistas como possíveis divulgadores da produção científica das editoras universitárias.

O ponto alto do seminário foi a criação da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) com o objetivo reunir as casas livres universitárias para promover coedições de obras culturais, incentivar o ensino e a pesquisa na universidade e ainda o intercâmbio entre esses estabelecimentos tanto no Brasil como no exterior.

Duas das primeiras ações da ABEU marcam seu compromisso em dar maior visibilidade às obras das editoras associadas e em proporcionar uma melhor distribuição dos livros universitários: a organização de um catálogo coletivo e a estruturação do PIDL – Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro – que sempre objetivou levar as publicações para além dos muros de cada universidade, socializando o conhecimento por todas as regiões brasileiras (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS, 2017, Não paginado).

A ABEU tem trabalhado em prol da organização cada vez mais estruturada das editoras através da presença em eventos que tratam da formulação e da modernização das políticas públicas do livro. Ela também realiza eventos que tem como finalidade capacitar e apontar diretrizes sobre os mais diversos aspectos da produção editorial.

O interesse pelos conselhos editoriais e a qualidade gráfica das publicações das editoras demonstra a preocupação da ABEU com a consolidação das editoras universitárias no Brasil. Logo, a ABEU tem contribuído para “[...] uma maior profissionalização de suas afiliadas.” (GUEDES; PEREIRA, 2000, p. 82).

A Associação também possibilitou que as editoras e as associadas participassem de eventos de seu interesse, tais como as bienais e as feiras de livros, que incentivam a distribuição das obras, dão visibilidade às editoras e permitem a troca de ideias entre os editores.

No 5º SNEU, realizado em Recife no ano de 1988, o foco foram os planos para a mais efetiva divulgação e circulação da produção das editoras universitárias e incentivou a produção de catálogos de publicações, no intuito de fazer uma exposição no Ministério.

O 6º SNEU foi realizado em 1989, em Curitiba, e retomou a discussão a respeito da distribuição apropriada dos livros, dos direitos autorais, da normalização e do depósito legal. Sua contribuição foram as reflexões acerca da administração das editoras universitárias, e a necessidade do editor estar sempre buscando aprimoramento pessoal para sua atividade.

No quadro 1 é possível observar de modo esquematizado os eventos ocorridos, os anos e suas principais contribuições para o tema.

Quadro 1 – Eventos de editoras universitárias realizados no Brasil

EVENTO	ANO	CONTRIBUIÇÃO
1º SPOB	1975	Discussões sobre o controle, a distribuição e a comercialização das obras produzidas.
1º SNEU	1985	Fomento do intercâmbio entre editoras universitárias e sugestão de criação de associações em nível regional.
2º SNEU	1985	Incentivo a criação de conselhos editoriais e de políticas editoriais.
3º SNEU	1986	Debates acerca do compromisso social e do trabalho conjunto da editora e da biblioteca em disseminar informações.
4º SNEU	1987	Criação da ABEU.
5º SNEU	1988	Incentivo à produção de catálogos das produções das editoras universitárias.
6º SNEU	1989	Destaque Sobre a importância do aprimoramento constante do editor.

Fonte: A autora (2018).

Outros eventos também trouxeram muitas contribuições para a experiência editorial universitária do Brasil, fazendo com que, apesar da situação difícil das IES, principalmente as públicas, a prática fosse se aperfeiçoando e atingindo certos níveis de qualidade.

Não foi possível recuperar informações a respeito dos outros SNEU, se é que eles de fato aconteceram. Como coloca Bufrem (2001, p. 113), “Lamentavelmente, a maior parte dos

relatos é irrecuperável, uma vez que apenas os anais dos 2º e 3º SNEUs foram publicados, enquanto os anais do 6º ainda se encontravam no prelo em 1991.”

A autora também relata que

É de estranhar que os editores universitários, embora se beneficiando uns das experiências dos outros, não tenham a mesma obstinação em registrar as suas próprias contribuições como produtos permanentes para uso e proveito muito mais amplo, especialmente se levarmos em conta a escassez de literatura sobre o tema (BUFREM, 2001, p. 113).

De todo modo, diretrizes foram instituídas, experiências foram trocadas, cursos foram ministrados e discussões foram feitas para que a editoração universitária se estruturasse e se estabelecesse. Os eventos foram, sem dúvida, imprescindíveis para a organização desses espaços.

Segundo Bufrem (2001, p. 113),

Os encontros, feiras e exposições onde ocorreram as trocas, as reflexões sobre problemas comuns e os relatos de experiências têm possibilitado a verificação da dimensão qualitativa da atividade. [...] Os relatos de experiência têm sido significativos, pois se, por um lado, fortalecem ou estimulam práticas, por outro afastam desacertos potenciais. Contribuem igualmente para aperfeiçoar a estrutura e o funcionamento dos conselhos e comissões editoriais já existentes e para a criação dos conselhos e modos de compô-los nas instituições onde ainda não os haja.

A ABEU tem realizado encontros anuais desde o seu surgimento, a fim de reunir as editoras e promover atividades que ajudem no cumprimento de sua missão. “As reuniões trazem ao debate temas fundamentais, que permitem melhor compreensão do contexto editorial acadêmico de forma atualizada e crítica e a projeção de cenários futuros.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS, 2017, Não paginado).

Somente a partir de 2016, a Associação passou a registrar em seu *site* o conteúdo das questões a serem discutidas nos encontros anuais. Assim, em 2016, a Reunião tratou dos temas acessibilidade do mundo editorial, direitos autorais na contemporaneidade e internacionalização e gestão das editoras universitárias.

Em 2017 a Reunião tratou da relação entre as instituições de ensino superior, as casas de publicação e os livros científicos, do associativismo como forma de fortalecer as editoras universitárias, do panorama atual e das perspectivas para o seu futuro num mercado em expansão.

Em 2018 a ABEU realizará sua 31ª Reunião Anual, abordando discussões sobre

[...] o livro acadêmico e seus conteúdos, seus leitores e mercados; os distintos tipos de publicação científica, suas possibilidades, limites e incentivos; os alcances dessas publicações e os desafios de difundir local e globalmente o conhecimento que congregam; cenários políticos e políticas para que melhores cenários sejam uma

realidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS, 2017, Não paginado).

É possível observar que os assuntos das reuniões têm acompanhado as transformações sociais no que tange às atividades editoriais. O avanço das pesquisas e das temáticas nos eventos e encontros na área demonstra a importância da educação continuada do editor.

A mobilização dos editores e demais envolvidos na tarefa de disseminação do conhecimento possibilitou a realização desses movimentos e a criação de programas e associações que têm contribuído para a maior qualidade editorial e a propagação da produção científica sob uma perspectiva de transformação social.

2.3 Produção acadêmica sobre editoras universitárias

A produção acadêmica sobre as editoras universitárias no Brasil na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação infelizmente não é muito ampla. Uma possível justificativa para isso seria a falta de conhecimento a respeito do papel e da importância desses espaços.

A seguir são apontados alguns dos trabalhos, entre monografias, teses, dissertações e livros, que trataram sobre as editoras universitárias dentro da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, cada um com um foco, pesquisados na Biblioteca Digital de Dissertações e Teses do Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT).

Leilah Bufrem publicou em 2001 o resultado de uma vasta pesquisa a respeito do papel das editoras universitárias, analisando cerca de 32 casas de publicação entre 1987 e 1989. Seu trabalho objetivou verificar se a realidade delas estava em consonância com as suas funções indicadas na literatura.

A contribuição de Bufrem, na obra *“Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática”*, vai além de um mapeamento de editoras; sua pesquisa é rica no debate sobre as contribuições sociais que elas têm, ou devem ter, apontando a importância dessas instituições para o avanço científico e para a preservação e disseminação da cultura.

Sydney de Paula Neto, em 2005, realizou uma pesquisa que teve por objetivo analisar as políticas de acesso e de uso dos periódicos eletrônicos disponibilizados por meio de consórcios. Sua dissertação, que teve como título *“Compartilhamento de Recursos de Aprendizagem e Pesquisa: Estudo de Consórcios Acadêmicos de Periódicos Eletrônicos”*, investigou o consórcio das universidades estaduais paulistas.

Seu trabalho foi importante para diagnosticar as dificuldades em relação ao acesso aos periódicos científicos e para propor soluções, juntamente com as bibliotecas, que facilitem o acesso e o uso desses materiais nas universidades.

Também em 2005, Silvana Schultze, publicou “*Características de Periódicos Científicos Produzidos por Editoras Universitárias Brasileiras*”, em que buscou analisar a situação dos periódicos científicos nas casas de publicações universitárias brasileiras.

A pesquisa se concentrou em 16 editoras, no período de 2000 a 2003, enfocando os fatores de normalização, publicação, circulação, autoria, conteúdo e gestão editorial, para que então fossem delineadas as peculiaridades das editoras em relação a outras instituições que produzem periódicos científicos.

Em 2008 Marcelo Saraiva realizou uma pesquisa monográfica a respeito das políticas de publicação das editoras de São Luís, visando analisar o funcionamento desses locais. O trabalho abordou, dentre outras editoras, a EDUFMA e a EDUEMA, descrevendo suas características relativas à publicação de materiais.

Em sua investigação intitulada “*Editoras e Políticas de Publicação em São Luís*”, Saraiva apontou as diferenças nas estruturas das editoras e a relevância das políticas editoriais para a melhor execução de suas funções, ressaltando a importância do planejamento nessas instituições.

Roberto Carvalho, em 2009, na pesquisa intitulada “*Panorama editorial em São Luís: 2003-2008*”, averiguou o funcionamento das editoras ludovicenses cadastradas na Fundação Biblioteca Nacional. Foram verificados a estrutura e a organização desses espaços, no que diz respeito ao conselho editorial, política editorial, direito autoral, depósito legal, entre outros.

A investigação, através do olhar sobre os aspectos econômicos e culturais que formaram e formam a atividade editorial de São Luís, indicou a fragilidade das editoras pesquisadas, e apontou a importância de um estudo mais aprofundado sobre esses locais no curso de Biblioteconomia.

Já em 2010, Carolina Alves de Matos analisou aspectos editoriais em periódicos eletrônicos brasileiros na área de Educação Física e esportes. A monografia possui como título “*Análise dos periódicos eletrônicos em educação física: uma abordagem dos aspectos editoriais*”.

A análise focou em 23 títulos de periódicos, e os aspectos verificados foram a periodicidade, a distribuição geográfica dentre as cinco regiões brasileiras, a presença ou ausência de ISSN, a tipologia da instituição mantenedora e existência de versão impressa equivalente à versão eletrônica.

Flávia Rosa, Milton Shintako, Rodrigo França Meirelles, Susanne Barros e Caio Hoffman desenvolveram uma pesquisa que visou indicar a presença das editoras universitárias nos repositórios institucionais, apontando sua inserção no ambiente digital. O trabalho se intitula “*A Presença das Editoras Universitárias nos Acervos dos Repositórios Institucionais*”, e foi publicado em 2013.

Em 2015, Ana Lameira realizou um estudo a respeito do depósito legal no Brasil pela UnB, na monografia intitulada “*Lei de depósito legal: análise de uma trajetória (1907 a 2010)*”. Seu objetivo foi evidenciar os conflitos existentes na legislação e as dificuldades encontradas para a efetivação dessa prática.

Sua pesquisa reforçou a importância do depósito legal como forma de preservação e difusão do conhecimento e trouxe reflexões acerca da melhor forma de conciliar a legislação referente à sua prática.

Em 2017, Letícia Vieira abordou quais foram as estratégias utilizadas para a elaboração dos discursos científicos da Revista *Varia História*, através da análise de seus editoriais. A tese tem como título “*A Construção da Narrativa Científica nas Ciências Humanas: Análise Discursiva de Editoriais da Revista Varia Historia (2007 – 2016)*”.

A autora buscou evidenciar a importância do processo de comunicação científica e diagnosticar como ele acontece nos periódicos da Revista, contribuindo assim para a melhor difusão do saber, por meio das ferramentas de comunicação.

Roberia de Lourdes de Vasconcelos Andrade e Wagner Junqueira de Araújo realizaram uma pesquisa no intuito de evidenciar a relação das editoras brasileiras com as novas tecnologias editoriais, especificamente os livros digitais. O trabalho é intitulado “*Editoras Universitárias e a Publicação de Livros Digitais no Brasil*”, e foi realizado em 2017.

O estudo demonstrou como as editoras brasileiras podem se inserir no espaço digital e, dessa forma, alcançar novos leitores, ao mesmo tempo em que evoluem em suas práticas tecnológicas.

O quadro 2 demonstra esses autores, o título e o ano de suas publicações.

Quadro 2 – Publicações sobre editoras universitárias no Brasil

AUTOR	TÍTULO	ANO
Bufrem	Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática.	2001

Paula Neto	Compartilhamento de recursos de aprendizagem e pesquisa: estudo de consórcios acadêmicos de periódicos eletrônicos.	2005
Schultze	Características de periódicos eletrônicos produzidos pelas editoras universitárias brasileiras.	2005
Saraiva	Editoras e políticas de publicação em São Luís	2008
Carvalho	Panorama editorial em São Luís: 2003-2008	2009
Matos	Análise dos periódicos eletrônicos em Educação Física: uma abordagem dos aspectos editoriais.	2010
Rosa, Shintako, Meirelles, Barros e Hoffman	A presença das editoras universitárias nos acervos dos repositórios institucionais.	2013
Lameira	Lei de Depósito Legal: análise de uma trajetória (1907-2010)	2015
Vieira	A construção da narrativa científica nas ciências humanas: análise discursiva de editoriais da Revista Varia Historia (2007-2016)	2017
Andrade e Araújo	Editoras universitárias e a publicação de livros digitais no Brasil	2017

Fonte: A autora (2018).

Embora a produção acadêmica que exista a respeito desse assunto ajude em muito a contribuir para o aprofundamento da temática, esse é um assunto com um vasto conteúdo e de amplas possibilidades de estudo. Com a maior publicação de obras na área, a consciência do papel e da importância das editoras universitárias ficará mais evidente.

Quanto ao presente trabalho, este se debruça sobre a trajetória histórica da EDUFMA e da EDUEMA no intuito de verificar como se deu a constituição das editoras públicas no Maranhão ao longo do tempo, bem como verificar sua estrutura e funcionamento. A partir daí, serão apontadas as contribuições desses dois espaços para a universidade e para a sociedade.

3 AS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS PÚBLICAS MARANHENSES

A UFMA originou-se da Faculdade de Direito no Maranhão, idealizada pelos intelectuais Domingos de Castro Perdigão e Manoel Fran Paxeco e fundada em 1918. Em 1924 a Faculdade é nivelada aos estabelecimentos federais pelo Conselho Superior de Ensino. A Faculdade de Direito de São Luís a sucedeu, sendo posteriormente incorporada à Universidade Federal do Maranhão, em 1996, como Departamento Acadêmico (COSTA, 2009).

Outras faculdades foram surgindo no Estado, tais como a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís (1992), a Faculdade de Serviço Social do Maranhão (1950), a Faculdade de Filosofia (1953), a Faculdade de Ciências Médicas (1957) e a Faculdade de Ciências Econômicas (1958).

Embora o poder público parecesse indiferente à criação de uma universidade, o Arcebispo do Maranhão, Dom José Medeiros Delgado (responsável pela criação da Faculdade de Ciências Médicas), com o apoio da Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS), instituiu em 1961 a primeira universidade do Estado, que tinha orientação católica e era chamada de Universidade do Maranhão. [...] Porém, devido às dificuldades financeiras e à precariedade de recursos que recebia dos poderes públicos, a Universidade do Maranhão sobreviveu somente por três anos e sua gerência foi entregue à União. (MIGALHAS, 2007, Não paginado).

Destarte, em 1966, a lei nº 5152 criou uma instituição de ensino superior sob a forma de fundação, a chamada Fundação Universidade do Maranhão (FUM), cujo objetivo era implantar progressivamente uma nova universidade, que veio a se tornar a Universidade Federal do Maranhão.

Atualmente a UFMA possui nove *campi* no Maranhão (São Luís, Bacabal, Codó, Pinheiro, São Bernardo, Chapadinha, Grajaú, Imperatriz e Balsas), com sede em São Luís, e realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Segundo o *site* da Universidade, a UFMA tem contribuído para o estado do Maranhão ao formar profissionais em diversas áreas do conhecimento e ao se preocupar com os problemas da sociedade maranhense, realizando movimentos que a beneficiem e valorizem sua cultura (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, [20--]).

Assim, as atividades realizadas pelos setores da UFMA devem estar em consonância com o papel da Universidade, inclusive a editora, visto sua importância. No entanto, é necessário salientar que, muitas vezes, a prática do papel da universidade acaba encontrando obstáculos para sua concretização efetiva.

Já a UEMA se originou das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), criada em 1972 pela Lei 3.260, no intuito de integrar as instituições isoladas do sistema educacional superior do Estado. A FESM foi transformada na Universidade Estadual do Maranhão através da Lei nº

4.400, de 1981, tendo seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143, de 1987, na modalidade *multicampi* (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, [20--]).

Em 1994 a UEMA foi reorganizada pelas Leis nº 5.921 e 5.931, depois alterada pela Lei nº 6.663 de 1996, sendo vinculada à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). No entanto, após reforma administrativa em 1999, a SEDUC foi transformada em Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano (GDH).

Por conseguinte, a UEMA foi desvinculada da GDH pela Lei Estadual nº 7.734 de 2002, e passou a fazer parte da Gerência de Estado de Planejamento e Gestão. Em 2003 a Universidade passou a vincular-se com o que é hoje a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (SECTEC).

Segundo o Estatuto da Universidade, a UEMA tem como objetivos:

- I- oferecer educação humanística, técnica e científica de nível superior;
- II- promover a difusão do conhecimento e a produção do saber e de novas tecnologias;
- III - interagir com a comunidade, com vistas ao desenvolvimento social, econômico e político do Maranhão;
- IV- promover, cultivar, defender e preservar as manifestações e os bens do patrimônio cultural e natural da Nação e do Estado do Maranhão (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, 1997, p. 2).

Ainda de acordo com o Estatuto, a Universidade preza a flexibilidade dos métodos de ensino, respeitando as diferenças de cada aluno, oferecendo liberdade de estudo e de pesquisa, de forma a não coibir nenhuma forma de expressão.

Atualmente, a instituição possui 22 *campi* (São Luís, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Itapecuru-Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Santa Inês e São João dos Patos).

3.1 EDUFMA estreitando os laços entre a Universidade e a sociedade

A Editora da UFMA foi criada em 1988 pelo Reitor José Maria Cabral Marques, por meio da Resolução nº 1011/58 – CD (anexo A). A EDUFMA é um órgão suplementar da universidade que possui atribuições definidas em regime próprio e é dirigida por um diretor nomeado pelo Reitor (SOUSA, 2016).

Antes de 1994 não existia a divisão entre a Editora e a Gráfica da UFMA, portanto as direções até esse ano se responsabilizavam por todas as atividades de produção de livros até a impressão. Além disso, no que tange a parte da editoração, não havia uma política nem um plano estruturado para a publicação de materiais.

Foi somente na gestão do professor doutor Silvano Alves Bezerra da Silva, de 1994 a 1996, que foi implantado um plano editorial que definia a linha de livros a serem editados. Foi

nessa época que se tornou efetivo o Conselho Editorial e a criação da livraria universitária, que funcionava no Centro de Tecnologia e no CEB Velho, mas que posteriormente foi fechada.

Eram produzidos cadernos didáticos para que com o dinheiro da venda na livraria se pudesse investir no trabalho de editoração e impressão. Também eram publicadas algumas monografias de alunos da Universidade que se destacavam.

As máquinas utilizadas na Gráfica nesse período já se encontravam bastante velhas, levando o diretor Silvano, impulsionado por seu desejo por qualidade, a fazer parcerias com editoras privadas e ainda a trocar materiais com amigos de outras editoras e gráficas.

Em 1996, o Reitor Othon de Carvalho Bastos separou a Editora da Gráfica, o que ocasionou a transferência da primeira para o CEB Velho. Essa transferência acarretou num recuo em termos de produção por conta da falta de recursos que se sucedeu.

Muitos autores pagavam pelo trabalho da Editora para que suas obras fossem publicadas. A livraria universitária foi fechada e a Editora passou por uma fase de arrefecimento em seus afazeres, demonstrando as repercussões que a mudança de administração na universidade pode trazer para os setores.

O Regimento Interno da Editora foi criado em 2002 pelo Reitor Othon de Carvalho Bastos, através da Resolução nº 15 – CONSAD. Segundo Sousa (2016, p. 7), “O objetivo de sua criação foi intensificar a edição, coedição e divulgação da produção de professores, pesquisadores e técnicos administrativos da universidade.”.

Em 2005 o diretor da Gráfica Universitária, Ezequiel Silva Filho, elaborou um regimento para o funcionamento efetivo da Editora na UFMA e fez um projeto para a ampliação física da Gráfica para comportar a Editora no mesmo prédio.

Em 2009, o Regimento foi alterado pelo Reitor Natalino Salgado Filho, através Resolução nº 101 – CONSAD. A partir de então, a EDUFMA, que antes estava atrelada à Gráfica Universitária, passa a ser vinculada à Reitoria. Segundo o documento, a EDUFMA tem como objetivos:

- I - Estabelecer e fazer cumprir a Política Editorial da Universidade;
- II - Elaborar tecnicamente, editar ou coeditar trabalhos de interesse da instituição, de natureza científica, didática, técnica, literária e artística, aprovados pelo conselho editorial;
- III - Promover, divulgar e distribuir as obras editadas;
- IV - Propor ou opinar sobre os convênios ou os acordos que visem à realização de trabalhos ou projetos no campo editorial;
- V - Apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- VI - Promover intercâmbio bibliográfico com as editoras de ensino superior e instituições congêneres (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2009, p. 1).

Ainda segundo a EDUFMA, a editora universitária é um órgão de difusão do conhecimento que faz a conexão com a Sociedade Civil através da publicação de obras científicas, possuindo autonomia para tomar as decisões a respeito da gestão das publicações na Universidade.

Quanto à estrutura, a Editora é formada por Conselho Editorial, Diretoria, Secretaria, Divisão de Editoração (que engloba os Setores de Produção Gráfica e de Preparação e Revisão) e Divisão Administrativa e Comercial (englobando os Setores de Marketing e de Vendas e Distribuição e a Livraria) (anexo B).

Cabe ao Conselho Editorial a formulação da política editorial, que deve estar em consonância com os princípios da Universidade, e o desenvolvimento de ações que possibilitem a prática dessa política (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2009).

Sendo assim, ele é constituído por representantes dos Programas de Pós-Graduação (PPG), Núcleo Integrado de Bibliotecas (NIB), Colégio Universitário (COLUN); Centros do campus da capital - Centro de Ciências Sociais (CCSo), Centro de Ciências Humanas (CCH), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) e Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET) - e dos *campi* do continente, Imperatriz, Chapadinha e Pinheiro.

Os membros do Conselho são responsáveis pela mediação entre a Editora e as áreas do conhecimento que representam. Além do desempenho de atividades referentes aos processos editoriais, o Conselho também deve propor soluções para a melhoria da qualidade da Editora.

Ao Plenário do Conselho Editorial, de acordo com o Regimento Interno, compete às questões práticas, tais como o estabelecimento das normas, diretrizes e critérios gerais de publicação e da linha editorial, bem como o planejamento institucional.

O Regimento Interno ainda aponta que os pareceres concernentes às coedições, ao Direito Autoral, à seleção dos originais e demais decisões sobre o que a EDUFMA fará são também atribuídos ao Plenário do Conselho Editorial, que se encarrega de responder ao Reitor através de relatórios.

A Diretoria tem como papel “Dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e distribuir os trabalhos da Editora, cumprindo e fazendo cumprir as decisões do Conselho Editorial, em consonância com a política editorial definida.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2013).

Para isso, ela toma providências para que sejam supridas todas as necessidades da Editora, sejam técnicas ou humanas, no que diz respeito aos equipamentos e materiais, aos contratos, aos eventos e, principalmente, à representação dela junto à comunidade acadêmica e à sociedade.

O apoio às atividades da Diretoria e do Conselho Editorial é feito pela Secretaria, através da organização e formalização dos processos e documentos necessários ao funcionamento da editora como um todo. Dentro da estrutura da EDUFMA, a Secretaria possui dois setores subordinados, a saber a Divisão de Editoração e a Divisão Administrativa e Comercial.

A Divisão de Editoração é responsável por “Executar o planejamento editorial, abrangendo a caracterização formal das publicações, as especificações técnicas em geral e a definição de padrões adotados para os livros.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2009).

Nesse sentido, ela realiza funções técnicas como a elaboração do cronograma de publicação, revisão de originais, revisão gráfica e encaminhamento para impressão, além de assegurar o cumprimento da legislação e das normas técnicas e internas que regem a editoração.

Já à Divisão Administrativa e Comercial compete o planejamento e execução do orçamento, gerenciamento de custos, compras de material, planejamento das políticas de *marketing*, distribuição e venda, contratos com livreiros e divulgação por meio do *site*.

Por sua vez, a Livraria é designada para cuidar da venda e da distribuição das obras produzidas pela editora da Universidade, realizando contratos com compradores e livreiros, se fazendo presente em eventos de livros e criando estratégias de venda, no objeto de dar visibilidade ao produto final.

A Política Editorial da EDUFMA também foi homologada pelo Reitor Natalino Salgado Filho, com a Resolução nº 129 - CONSAD, de 2013 (anexo C). Ela tem como propósito o estabelecimento das diretrizes que orientem o trabalho editorial na UFMA. Para que isso seja alcançado,

[...] a EDUFMA se baseará nos seguintes princípios:

- I. Compromisso social;
 - II. Autonomia;
 - III. Transparência;
 - IV. Qualidades técnico-científica, artística e cultural dos produtos editoriais.
- (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2013, p. 1).

O compromisso social visa a promoção de todas as áreas de interesse acadêmico, sem distinção, a fim de que haja a promoção da cultura com transparência. A socialização e a difusão do conhecimento da produção editorial também são objetivos traçados na Política da Editora, priorizando as publicações da UFMA, mas também atentando para os trabalhos de outras editoras universitárias.

No que diz respeito às diretrizes, a EDUFMA fará:

- I. Planejamento, monitoramento e avaliação das publicações no âmbito da UFMA;
- II. Estímulo à publicação acadêmica maranhense;

- III. Fortalecimento das publicações periódicas da UFMA;
- IV. Apoio às produções técnicas, artísticas e culturais, à graduação, à pós-graduação, ao ensino, à pesquisa, à extensão e ao desenvolvimento tecnológico;
- V. Facilitação do acesso público às obras editadas pela EDUFMA, otimizando a circulação da produção bibliográfica da EDUFMA, nos âmbitos interno e externo;
- VI. Melhorias da qualidade editorial e estabelecimento de normas para publicação;
- VII. Inovações em produtos editoriais;
- VIII. Estabelecimento de intercâmbio técnico-científico;
- IX. Melhoria constante da estrutura física e de recursos tecnológicos, visando à qualidade editorial;
- X. Otimização dos recursos humanos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2013, p. 2).

Como forma de verificar se a Política Editorial atende às necessidades e aos anseios da editora, ela é avaliada anualmente através dos indicadores da quantidade de publicações, da qualidade e da originalidade dos títulos publicados. As questões como os programas editoriais, as parcerias, o direito autoral, entre outros, são da mesma forma tratadas pela Política Editorial da EDUFMA.

No ano de 2013 também foi elaborado o Manual do Autor, “[...] que tem como objetivo orientar a elaboração e normalização de obras a serem publicadas pela EDUFMA, criando uma identidade para a editora universitária.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2016, Não paginado).

Em outras palavras, é um documento que estabelece os padrões a serem utilizados pelos autores e pela Editora na normalização dos trabalhos científicos que desejem publicar. A padronização possibilita maior qualidade do material e facilidade de compartilhamento na comunidade acadêmica.

De acordo com o Manual do Autor (NAHUZ; FERREIRA, 2013, p. 10),

A expectativa da EDUFMA é que este documento possa dar início a um novo tempo na orientação e elaboração de bons projetos editoriais, devidamente normalizados, seja no ambiente acadêmico das universidades, como também junto aos autores, profissionais de editoração e editoras na busca da produção de um livro. A intenção é publicar uma obra que não sirva somente para a UFMA, mas para todas as universidades do Maranhão.

Dessa forma, o Manual baseia-se nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), descrevendo a sua importância para o trabalho científico e oferecendo conceitos e exemplos de como aplicar as normas no que diz respeito a livros e folhetos, já que estes são os materiais publicados pela EDUFMA.

No que diz respeito ao processo editorial propriamente dito da EDUFMA, Gomes (2016) relata as etapas percorridas. Na primeira etapa o autor ou organizador finaliza a normalização do trabalho adotando as normas da ABNT e solicita a ficha catalográfica na Biblioteca Central ou Setorial.

O autor/organizador então abre um processo no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) com direcionamento para a Editora. Ao fazê-lo, ele envia a solicitação de revisão ortográfica do material, de elaboração do projeto gráfico e de emissão de ISBN. A solicitação é direcionada ao diretor da Editora.

A partir de então o formulário de solicitação de ISBN é preenchido com os dados do material, bem como o termo de compromisso de entrega de exemplares para o acervo da Editora e depósito legal na Biblioteca Nacional (BN) após a impressão. É necessária a cópia do material em CD.

O processo é recebido e analisado pelo assistente em administração da EDUFMA, que o encaminha para o diretor da Editora, que por sua vez o envia para a análise do Conselho Editorial. Após parecer favorável, o autor/organizador fará as alterações, se forem necessárias. É feito então o cronograma de atividades no que diz respeito ao material em questão (GOMES, 2016).

Depois disso, o material é encaminhado para o revisor de textos, e uma vez finda a revisão, ele é passado para o profissional que fará o projeto gráfico. Esses dois profissionais ficam em contato constante com o autor/organizador para o que haja o diálogo necessário entre as partes.

Com a conclusão do projeto gráfico, o ISBN é solicitado à BN, que emite à Editora um boleto para pagamento. Este é encaminhado por *e-mail* para o autor/organizador. Após emissão do ISBN o arquivo é fechado e devolvido a ele, que irá repassá-lo para a gráfica que fará a impressão. Caso a impressão seja feita na gráfica da UFMA, o profissional que finalizou o projeto se encarrega de repassar o arquivo para o setor (GOMES, 2016).

Para Nahuz e Ferreira (2013, p. 13), a EDUFMA compreende seu papel na disseminação dos saberes no sentido de divulgar o conhecimento produzido dentro da UFMA. Portanto, entende que “[...] é essencial que todo esse conhecimento, decorrente do esforço intelectual de professores e alunos, seja comunicado aos seus pares e compartilhado pela sociedade.”.

As autoras supracitadas ainda apontam que

A grande dificuldade encontrada pelos estudiosos, muitas vezes é de como difundir os resultados de seus estudos e pesquisas, daí a grande importância, nesse contexto, das Editoras Universitárias, no sentido de possibilitar que todo esse saber construído nas Universidades seja colocado à disposição da comunidade. Além da circulação de ideias entre a comunidade científica, a Editora Universitária hoje, visa atingir leitores fora da Universidade e que buscam no saber acadêmico a fonte para informações seguras sobre a vida, o mundo e suas profissões. (NAHUZ; FERREIRA, 2013, p. 13).

A EDUFMA é sócia da ABEU desde 2011, participando, por conseguinte, de uma rede de editoras que tem acesso a constantes estímulos para capacitação e melhoria da qualidade dos serviços oferecidos no que diz respeito ao trabalho de edição de livros.

A atual prática editorial da UFMA se encontra sob a gestão do professor doutor Sanatiel Pereira¹⁸ desde 2011, que foi responsável pela estruturação e revitalização da Editora da forma como se encontra hoje.

A Editora também possui um *site*¹⁹, no qual disponibiliza informações a respeito de seu funcionamento e catálogos das publicações feitas por ela nas áreas da ciência e em literatura maranhense. No *site* se encontram também obras estrangeiras, *e-books* e livros para venda.

3.2 EDUEMA na disseminação da pesquisa à sociedade

A Editora da UEMA foi criada em 2006, vinculada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PPG) da instituição, inserida na Coordenadoria de Pesquisa. A EDUEMA tem como foco principal a disseminação das pesquisas realizadas pelos professores da Universidade, como forma de tornar mais visível a produção acadêmica.

De acordo com o artigo nº 68 do Regimento das Pró-Reitorias da UEMA, cabe à editora:

- I - cumprir normas e procedimentos operacionais estabelecidos pela Coordenadoria de Pesquisa;
- II - preparar o planejamento editorial da PPGE;
- III - coordenar e controlar as atividades de editoração programadas pela Pró-Reitoria;
- IV - organizar os textos originais enviados pelos professores pesquisadores;
- V - dirigir e supervisionar os serviços auxiliares que irão ser enviados à gráfica;
- VI - encaminhar os documentos à gráfica e manter contatos durante a composição, montagem, impressão e acabamento;
- VII - receber os trabalhos publicados e distribuí-los entre as instituições congêneres;
- VIII - elaborar relatório de suas atividades;
- IX - executar outras atividades correlatas. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, 2015a, p. 27).

O primeiro diretor da EDUEMA foi o doutor Irã de Jesus Rodrigues dos Passos, que a administrou até 2014. Em seguida o doutor Gustavo Martins Marques assume a direção, porém deixa o cargo no mesmo ano.

Nesse período não havia divulgação do trabalho editorial na Universidade, de modo que as gestões estavam concentradas em desempenhar as atividades ligadas aos processos editoriais dos professores que desejavam publicar.

¹⁸ Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Estadual do Maranhão (1974), mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1984) e doutor em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Paraná (2001).

¹⁹ <http://www.edufma.ufma.br/>

A partir de 2015, o Reitor Gustavo Pereira da Costa incentiva a melhor estruturação da Editora, sob a gestão do doutor Alan Kardec Gomes Pacheco Filho, e a divulgação passou a ser mais estimulada, principalmente através da participação em eventos.

A UEMA realizou nesse mesmo ano o lançamento de livros com o selo da Editora, na Casa do Maranhão, demonstrando seu interesse em que a comunidade acadêmica conheça a EDUEMA e produza e publique pesquisas pela Editora (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, 2015b).

Ainda sob a gestão do doutor Pacheco Filho, que se estendeu até 2017, o *site*²⁰ da Editora foi montado, também no intuito de divulgar por meio de catálogo a existência e o trabalho editorial da UEMA, para incentivar os professores acadêmicos em suas pesquisas.

A direção atual da Editora está a cargo do doutor Cláudio Eduardo de Castro²¹, desde o começo de 2017. Como contribuição de sua gestão até o presente momento está o incentivo à criação de *e-books*, no objetivo de modernizar cada vez mais a editoração, a divulgação e a disponibilização de informação.

De acordo com a Editora, seus objetivos são:

- Incentivar a produção acadêmica voltada para a comunidade interna e externa à UEMA;
- Divulgar trabalhos científicos, didáticos e técnicos produzidos por integrantes da Instituição;
- Avaliar, acompanhar e apoiar a publicação, divulgação, distribuição e venda de periódicos da UEMA, intermediando sua produção com a gráfica;
- Avaliar, por meio de seu Conselho Editorial, o mérito acadêmico-científico e a viabilidade econômico-financeira das propostas de publicação encaminhadas à EDUEMA;
- Gerir programas e projetos editoriais no âmbito da UEMA;
- Manter vínculo com a Associação Brasileira de Editoras Universitárias – ABEU, com a Câmara Brasileira do Livro – CBL, com a Biblioteca Nacional – BN e entidades congêneres de interesse da EDUEMA, envidando esforços para o adequado cumprimento dos termos de convênios estabelecidos, bem como sua renovação; e
- Promover o intercâmbio bibliográfico com outras universidades, editoras universitárias e comerciais, bibliotecas e entidades congêneres com vistas à divulgação e comercialização das obras produzidas pela EDUEMA para a comunidade externa, bem como disponibilizar, por meio de sua livraria, obras relevantes de editoras reconhecidas no cenário nacional e internacional (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, [201-], Não paginado).

A estrutura da Editora funciona com os cargos de Chefe de Editoração, Conselho Editorial, o Assistente de Editoração e Estagiário. O Chefe de Editoração, ou diretor, é responsável pela gestão da Editora como um todo. O Assistente de Editoração se dedica ao

²⁰ www.editorauema.uema.br/

²¹ Graduado em Geografia Licenciatura pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba (1988), mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2004) e doutor em Geografia pela Unesp- Presidente Prudente (2012).

trabalho gráfico de edição do livro, enquanto o Estagiário cuida das questões administrativas referentes a documentos.

O Conselho Editorial é formado por professores da UEMA e de outras universidades, devendo ser composto por pelo menos um professor de cada área do conhecimento. Em alguns casos pode haver mais que um professor da mesma área de conhecimento, dependendo da demanda de publicações.

A EDUEMA não possui Política Editorial, nem um documento que reja as práticas e os princípios editoriais dentro da instituição. No entanto, foi estabelecido de modo geral a publicação de materiais com mais de 50 páginas e a prioridade de publicação para professores, tendo desse modo um esboço de linha editorial.

As obras publicadas pela EdUEMA, membro da Associação Brasileira das Editoras Universitárias – ABEU, são de caráter acadêmico, organizadas em forma de obras científicas (livros, coletâneas e periódicos), séries especializadas e temáticas, inventários, catálogos, guias e outras a critério do Conselho Editorial. A prioridade de publicação é de professores da Instituição. No entanto, uma vez ao ano, como ocorreu em 2013, quando foi lançado o Edital 13/2013 com a seleção de 20 títulos a serem publicados em 2014, é publicado um Edital no qual são aceitos, para efeitos de publicação, livros cujos autores são pessoas da comunidade, considerando-se que a UEMA nela se insere (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, [201-], Não paginado).

Todos os anos a Editora faz a chamada para publicações por meio de edital, onde constam as normas para apresentação dos trabalhos. A EDUEMA não segue rigidamente as normas da ABNT, buscando fazer o projeto gráfico da forma que achar mais pertinente ao material.

Nos editais são descritos os processos que o autor precisa seguir para publicar sua pesquisa, além dos trâmites internos no que diz respeito ao Conselho Editorial para a seleção, editoração e publicação das obras e da solicitação da numeração de ISBN.

Após a inscrição do autor na Divisão de Editoração e o preenchimento dos documentos necessários fornecidos pela PPG, os originais devem ser entregues em CD, obedecendo a estrutura indicada em cada edital, devidamente revisados ortograficamente e normalizados de acordo com a ABNT.

Os projetos originais serão encaminhados ao Conselho Editorial com especialidade na área abordada pelo autor para receber o parecer. Os trabalhos aprovados pelo Conselho serão encaminhados para publicação, que poderá ser impressa ou digital. Nas publicações impressas, a UEMA fica com 70 por cento do total para distribuir nos *campi*.

Uma vez que o autor assina o contrato com a EDUEMA, ele cede seus direitos à Editora, se comprometendo a fazer as mudanças ou correções que se mostrarem necessárias durante o

processo. O autor deve acompanhar todas as fases de editoração do livro e ainda participar dos eventos de divulgação da obra quando for solicitado.

A UEMA não possui gráfica, portanto a impressão de livros é terceirizada. Findo o processo editorial, o material é enviado à gráfica que por sua vez faz a arte da capa e realiza a impressão. Entretanto, a Editora tem encontrado dificuldades nesse processo, pois existem livros que, por conta de problemas internos das gráficas, têm sua impressão atrasada.

Das obras publicadas pela EDUEMA, dois exemplares são encaminhados à BN para cumprimento da Lei de Depósito Legal. A divulgação das publicações acontece através das exposições feitas em eventos da própria Universidade e na Editora. Além disso, a divulgação se dá em eventos de grande porte, como na Semana de Iniciação Científica (SEMIC) e na Feira do Livro.

A distribuição é feita na livraria da Editora no Centro Histórico, havendo também o envio dos livros para livrarias de São Paulo e do Paraná. A Editora possui ainda convênios com a Associação Maranhense de Escritores Independentes (AMEI).

3.3 EDUFMA e EDUEMA: contribuição para além da publicação de obras

A EDUFMA, ainda que criada há 30 anos, vem se estruturando de forma significativa a partir de 2010, embora todas as gestões, desde sua criação em 1988, tenham trazido contribuições para a Editora. As mudanças na administração da Universidade trouxeram diferentes olhares quanto a ela, que se refletiram ao longo de sua história.

A separação entre a Editora e a Gráfica Universitária, por exemplo, foi uma grande mudança que acarretou num recuo na produção editorial e influenciou, por conta disso, a publicação de trabalhos na época.

Na UEMA, a mudança na administração da Universidade, principalmente desde 2015, também trouxe mudanças para a EDUEMA no que diz respeito à divulgação de seus afazeres como forma de fomentar a produção acadêmica e dar visibilidade aos resultados das pesquisas dos professores.

De fato, a sucessão nos modos de administrações nas universidades interfere nas editoras, podendo dar continuidade às suas atividades, impulsionando-as, ou dando descontinuidade, fazendo-as recuar em suas produções.

Além disso, as crises econômicas do país influenciam os recursos a serem destinados às universidades e, portanto, às editoras universitárias. Por isso, Bufrem (2011) aponta a necessidade de posicionamento sobre a sua função e o seu papel social e cultural na educação.

Uma editora estruturada e que entende a sua importância dentro da universidade pode lidar melhor com as diversas situações que surgem, especialmente no contexto das IES públicas, em sua dependência dos recursos governamentais.

Para o alcance dessa estrutura é fundamental que a editora possua uma política editorial, isto é, o documento que vai dar as diretrizes aos processos editoriais, do começo ao fim das atividades; o que será publicado e como será publicado deve constar nesse documento.

A EDUFMA possui política editorial definida, e conseqüentemente, possui uma linha editorial a seguir, que indica que materiais e que temática são aceitos para publicar, e ainda que princípios devem ser seguidos na produção dos materiais.

Já a EDUEMA ainda não possui uma política editorial definida, embora possua algumas diretrizes para a realização de seus trabalhos, como é visto nos editais de publicação. Dessa forma, as gestões que vão se sucedendo podem tomar decisões diferentes umas das outras, podendo gerar descontinuidade nos processos.

Como afirma Rosinha (1989, p. 83),

[...] é preciso reconhecer que o impedimento maior está ainda na ausência de uma política editorial nas universidades, o que permite que cada diretor pense projetos que, ainda que brilhantes, atendem às vezes a interesses tão pessoais que dificilmente se sustentam após a saída de seus autores.

Sendo assim, a política editorial tem bastante peso no que concerne ao estabelecimento de uma editora dentro de uma universidade. Além de guiar as atividades editoriais e definir e criar padrões, ela funciona como um instrumento de consolidação na instituição.

O Regimento Interno é outro documento importante que orienta o funcionamento e dá mais segurança em relação aos métodos editoriais. A EDUFMA possui Regimento Interno, enquanto que EDUEMA ainda não possui.

Segundo o Regimento Interno da EDUFMA, “[...] Serão publicadas obras artísticas, técnicas, científicas e culturais, de inquestionável valor e qualidade, assim como textos didáticos aprovados pelo Conselho Editorial, atendendo à ordem de prioridade pré-estabelecida [...]” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2009, p. 14).

A constituição de Conselho Editorial é também um ponto chave para a estruturação e a consolidação da editora dentro da IES. É o Conselho que irá tomar as decisões a respeito da política editorial. Ele fará determinações importantes sobre os materiais, que se refletirão na qualidade do serviço (STUMPF, 1994).

Tanto a EDUFMA quanto a EDUEMA funcionam com Conselhos Editoriais, representados por professores doutores de cada área do conhecimento. Isso traz impacto sobre

o produto final da editora, pois os professores, possuindo conhecimento de cada área, podem julgar o que deve ser publicado.

Quanto à estrutura, a EDUFMA, de acordo com seu organograma, possui uma organização que abrange todas as etapas designadas para a editoração, do recebimento a divulgação do material, se preocupando com as questões referentes ao *marketing* das produções.

A EDUEMA, embora possuía uma estrutura menor, também possui divisões bem delineadas que são suficientes para dar conta de sua atividade. A divulgação e a distribuição das produções são incentivadas através das livrarias com as quais a editora tem convênio.

Como lembram Guedes e Pereira (2000), o trabalho editorial só está completo quando há a divulgação e a distribuição das obras produzidas. É a circulação dos materiais que garante a disseminação do conhecimento e fornece, de fato, informação a quem precisa.

A divulgação é a própria justificativa para a existência da editora, uma vez que é através dela que se cumprem o ensino, a pesquisa e a extensão da universidade; a casa livreira fornece materiais que são base para o ensino e dissemina as obras produzidas em pontos próprios para venda.

No Maranhão, por ser um estado rico em cultura, a disseminação do conhecimento tem ainda por fundamento a sua preservação, salvaguardando as características maranhenses.

De acordo com o *site*, a EDUFMA, em seus 30 anos de história, já solicitou 369 emissões de ISBN à BN em formato de obras físicas e digitais. No *site* da Editora as obras estão divididas tanto por área do conhecimento quanto por tipo de material, o que faz com que um livro possa ser encaixado em mais de uma divisão. No quadro 3 é possível observar essa distribuição.

Quadro 3 – Publicações EDUFMA por área do conhecimento e por tipo de material

PUBLICAÇÕES EDUFMA	
ÁREA DO CONHECIMENTO/TIPO DE MATERIAL	QUANTIDADE
BIOLOGIA E SAÚDE	22
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	8
CIÊNCIAS HUMANAS	112
CIÊNCIAS SOCIAIS	87
COLEÇÃO HUMANIDADES	3

COLEÇÃO TESES E DISSERTAÇÕES CCso	43
COMUNICAÇÃO	8
E-BOOKS	12
EDUCAÇÃO	52
EDUCATIONAL BOOKS	6
FEATURED BOOKS	8
HISTORY BOOKS	1
LAW BOOKS	5
LITERATURA MARANHENSE	5
MAGAZINES	6
SCIENCE BOOKS	1

Fonte: Adaptado do catálogo disponível do *site* da EDUFMA (2018).

Segundo essas informações, as áreas das ciências humanas e das ciências sociais são as que mais se destacam em quantidade de publicações.

Entretanto, Carvalho (2009), baseando-se em dados da BN em seu estudo do panorama editorial de São Luís de 2003 a 2008, indica em sua pesquisa que, no período apontado, a EDUFMA produziu 94 obras, como mostra o quadro 4.

Quadro 4 – Títulos da EDUFMA por área de conhecimento de 2003 a 2008

CATEGORIAS	TÍTULOS
Ciências Sociais e Humanas	60
Literatura	05
Outro/Sem assunto determinado	11
Ciência e tecnologia	16
Linguística e Língua estrangeira	02
TOTAL	94

Fonte: Carvalho (2009).

De acordo com o relatório de Gestão da UFMA de 2017, existem 802 títulos publicados pela EDUFMA no acervo da BN, conforme descreve o Quadro 5.

Quadro 5 - Evolução de publicações da UFMA junto à Biblioteca Nacional.

ITEM	ANO	QUANTIDADE	SUBTOTAL	CRESCIMENTO
1	1993	1	1	
2	2000	18	19	
3	2001	13	32	
4	2002	6	38	
5	2003	7	45	
6	2004	3	48	
7	2005	9	57	
8	2006	25	82	
9	2007	12	94	
10	2008	40	134	42,55
11	2009	84	218	62,68
12	2010	41	259	18,80
13	2011	55	314	21,23
14	2012	53	367	16,87
15	2013	74	441	20,16
16	2014	57	498	12,92
17	2015	89	587	17,87
18	2016	112	699	19,08
19	2017	103	802	14,73

Fonte: Carvalho (2009).

Ainda de acordo com o relatório, em 2017 foram enviados à BN 78 obras com o selo da EDUFMA, por conta da lei de depósito legal.

[...] Dos 103 (cento e três) livros que receberam o ISBN da Biblioteca Nacional, somente 13 (treze) tiveram os seus projetos gráficos executados pela EDUFMA no ano de 2017. Este fato se deve à falta de estrutura e recursos humanos necessários à realização destes serviços. A Divisão de Editoração ainda não foi devidamente estruturada para a demanda existente (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 79).

Vê-se, portanto, a divergência de informações quanto à quantidade de publicações nas áreas do conhecimento no que se refere ao *site* da editora e as informações extraídas do *site* da BN, como indicadas por Carvalho (2009).

Verifica-se também, a partir dos quadros apresentados, a importância dos recursos humanos para dar conta da demanda de publicações existente. Não só recursos humanos, mas pessoal qualificado para desempenhar os trabalhos editoriais, visto a abrangência de suas atividades.

A EDUEMA, em 12 anos de existência, publicou 121 obras, segundo informações do *site*. Até o momento desta pesquisa, a Editora esteve voltada à edição de obras acadêmicas e literárias, inclusive reedições de obras raras e esgotadas que preservam a história da UEMA e do Maranhão.

A maioria das publicações se encontra nas áreas de ciências humanas, ciências agrárias e literatura, letras e artes, conforme o *site*. No quadro 6 é exibida a quantidade de obras por área do conhecimento.

Quadro 6 - Publicações EDUEMA por área do conhecimento.

PUBLICAÇÕES EDUEMA	
ÁREA DO CONHECIMENTO	QUANTIDADE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	5
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	17
CIÊNCIAS HUMANAS	45
CIÊNCIAS SOCIAIS	13
CIÊNCIAS EXATAS	4
ENGENHARIAS	12
LITERATURA, LETRAS E ARTES	25

Fonte: Adaptado do *site* da EDUEMA (2018).

As ciências agrárias possuem um número significativo de publicações em relação às outras áreas do conhecimento. As ciências exatas e as ciências biológicas e da saúde são as áreas em que menos se publicou na UEMA, segundo essas informações. A divulgação da existência da editora dentro do campus poderia aumentar o número de trabalhos enviados para publicação.

Outro aspecto importante é que a produção editorial tanto da EDUFMA quanto da EDUEMA publica em formato eletrônico, exigência da própria Coordenação de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

Verificando o número de publicações, entendemos que a EDUFMA e a EDUEMA têm contribuído para a disseminação das investigações acadêmicas, embora em algumas áreas mais que em outras. Com isso, elas têm aberto espaço para a formação de novos autores, que encontram nesses espaços o acolhimento necessário.

Essas editoras ainda vêm contribuindo para o preenchimento de lacunas em diversas áreas, a exemplo dos livros publicados na área das ciências agrárias, que visam colaborar com o aprimoramento técnico e com melhorias na utilização e na preservação dos recursos naturais, o que é relevante para o Maranhão.

As publicações que ressaltam a cultura maranhense também são incentivadas, preservando e incentivando as manifestações culturais do Estado. Os vários livros publicados na área da Educação trazem muitos benefícios à universidade e à sociedade, uma vez que são baseados em experiências pedagógicas do próprio Maranhão.

Isso se aplica às demais publicações em outras áreas do conhecimento. As obras de conteúdo de cunho mais prático, como as de engenharia, ou as obras mais teóricas, tais como as das áreas humanas e sociais, contribuem para a formação da mentalidade e da atividade profissional e humanística do Estado.

Entre os objetivos para a EDUFMA, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMA (2017) de 2017 a 2021, estão a ampliação e a inserção da Editora na comunidade regional através da facilidade de acesso aos livros nos *campi* e da divulgação do *site*.

Outro objetivo é o de ampliar a produção de livros por meio de projetos de editoração eletrônica, da divulgação dos resultados das pesquisas em suporte físico ou virtual e da promoção do depósito legal. A maior participação em eventos culturais também é um alvo traçado para a EDUFMA, juntamente com a criação da Livraria Móvel, que fomentará a transferência de livros entre as editoras universitárias (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2017).

No Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMA, consta a proposta da criação de uma Divisão de Comercialização, que possa vender as obras lançadas pela EDUEMA, a fim de dar maior visibilidade aos trabalhos dos professores, e ainda obter retorno ao investimento da editoração dos livros, aumentando os recursos da Universidade (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, 2016).

De tudo isso, é observado que a EDUFMA possui uma composição definida que traz maior padronização e profissionalização às suas atividades. Sua Política Editorial, seu Regimento Interno e sua estrutura de funcionamento dão base e firmeza para sua presença dentro da UFMA.

Já a EDUEMA vem se estruturando aos poucos, delineando suas linhas editoriais e princípios para as publicações. É uma editora relativamente recente, que vem lutando para divulgar as pesquisas dos professores da UEMA dependendo dos recursos governamentais.

Ambas as editoras têm contribuído na produção e na divulgação das pesquisas universitárias, mesmo que a EDUEMA se concentre apenas nos trabalhos feitos pelos professores. É provável que, no futuro, com o seu crescimento, ela comece a publicar estudos de toda comunidade acadêmica, incentivando dessa forma também o aluno.

É importante ressaltar a necessidade da criação de uma política editorial na EDUEMA, de modo a constituir princípios que a orientarão após gestão quanto a melhor forma de realizar suas atividades. O estabelecimento desses princípios lhe proporcionará estabilidade de padrões e, portanto, melhor profissionalização.

Em relação à EDUFMA o que fica bastante visível são as implicações trazidas pelas mudanças de gestões da Universidade ao longo dos seus 30 anos. Quando a direção conhece a importância e tem compromisso com a disseminação do conhecimento acadêmico, a editora possui mais incentivo para exercer suas tarefas.

Entretanto, a EDUFMA e a EDUEMA têm conseguido até certo ponto realizar as funções a que se dispuseram, dentro de um contexto de dificuldades ideológicas e orçamentais, por se encontrarem dentro de IES públicas.

No espaço universitário, tanto da UFMA quanto da UEMA, é necessário mais divulgação da sua presença e do seu trabalho. Grande parte da comunidade acadêmica, principalmente os discentes, não sabe da existência de um setor que publica os livros da universidade, ou ainda que a universidade publica livros.

A divulgação das editoras é parte relevante do processo de consolidação de suas atividades, pois dessa maneira, sua importância é mais reconhecida pela comunidade acadêmica.

Além disso, os alunos e professores têm mais conhecimento e acesso aos trabalhos publicados pela editora, ao mesmo tempo em que são incentivados a realizar suas próprias pesquisas para posterior publicação.

São muitos os desafios que as editoras universitárias públicas enfrentam. Para que elas possam funcionar cumprindo seus objetivos, é preciso uma série de condições que muitas vezes não dependem delas mesmas, e

Mesmo dotados de todas essas condições, os responsáveis pelos projetos editoriais devem também estar munidos de alta dose de ousadia para enfrentar o riscos, de capacidade de inovar, evitando que a mesmice e a burocracia imperem no setor, além de certo poder político e decisório para o enfrentamento de conflitos (BUFREM, 2001, p. 151).

Sabemos que o estabelecimento de uma editora universitária nos moldes da literatura é uma tarefa que se consolida ao longo do tempo, e que muitas vezes encontra empecilhos, principalmente no contexto das IES públicas. A conscientização de seu papel e importância é essencial para que se estabeleça dentro da universidade.

Por isso, ressaltamos o posicionamento que as editoras universitárias devem ter, enquanto mediadoras entre o saber produzido nas universidades e a sociedade, seja na comunidade acadêmica ou na sociedade em geral, contribuindo para a disseminação do conhecimento.

4 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi estudar a trajetória histórica das editoras das universidades públicas no Maranhão, UFMA e da UEMA, bem como verificar o seu funcionamento, e ainda analisar a quantidade de publicações por área do conhecimento e suas contribuições. Para isso, foram delineados os contextos editoriais no mundo e no Brasil, a fim de entendermos o contexto das editoras universitárias maranhenses, em especial a EDUFMA e a EDUEMA.

Ao longo da pesquisa, foi estabelecido contato com documentos institucionais e com pessoas relacionadas à existência dessas casas de publicação, cujas informações ajudaram a reconstruir suas histórias. Muitas vezes nos deparamos com lacunas informacionais, em grande parte pela falta de documentos referentes às instituições pesquisadas.

A contribuição deste estudo está no registro das informações a respeito das duas editoras citadas e na luz que lança sobre a função e a importância delas para as universidades onde estão inseridas e conseqüentemente para a sociedade com a divulgação das pesquisas. A investigação também contribuiu para detectar possíveis melhorias em suas atividades, se baseando na literatura da área editorial.

Verificou-se que a EDUFMA possui uma estrutura de funcionamento delineada, que abrange as etapas editoriais indicadas de recebimento à divulgação do material, subsidiada pelo regimento interno e pela política editorial. A EDUEMA se encontra em processo de estruturação, carecendo de uma política editorial que oriente suas atividades de modo padronizado.

No entanto, ambas devem se preocupar mais com a divulgação de seus trabalhos dentro das respectivas universidades, para que a comunidade acadêmica tenha consciência da sua importância e para que possa ter um maior acesso aos resultados das pesquisas feitas nas instituições, sejam de professores ou de alunos.

A realidade das universidades públicas no que diz respeito aos recursos financeiros naturalmente influencia a atividade editorial. A falta de conhecimento das gestões universitárias quanto ao papel das editoras de preservação e disseminação do conhecimento acadêmico impacta negativamente esses setores.

O conceito de universidade precisa ser ressaltado para que seja contemplado todo o peso do papel das casas livres universitárias. Estas são responsáveis pela divulgação das pesquisas produzidas, e dessa forma subsidiam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Ao suprir as necessidades bibliográficas dos cursos, ao estimular as pesquisas através da publicação das obras e ao divulgar os trabalhos produzidos, elas se tornam indissociáveis da própria IES em sua função de produtora de conhecimento.

As editoras da UFMA e da UEMA, presentes em um Estado de grandes desigualdades mas também de rica cultura, devem contemplar sua função de disseminadoras de conhecimento que preserva a tradição e ao mesmo tempo divulga informações com o potencial de transformar a realidade maranhense. A EDUFMA e a EDUEMA têm, assim, um papel social amplo de construção do pensamento crítico na sociedade do Maranhão, fomentando transformações que só podem ser alcançadas pela educação.

Daí a importância de padrões editoriais, tais como as políticas editoriais, para a orientação em relação aos materiais a serem publicados. Enquanto vinculadas às instituições públicas, a prioridade de publicações não deve ser o lucro, mas a disseminação do conhecimento, e esse é o ponto chave da diferença que as editoras universitárias podem fazer.

Todas as etapas da editoração são importantes para alcançar essa realidade. As editoras não devem somente produzir livros, mas também divulgá-los; de nada adianta produzir para estocar. Quando isso acontece, a editora não está cumprindo seu papel de difusora de saberes, mas está meramente funcionando como um depósito de materiais.

A consciência de sua relevância científica e social deve começar pela própria editora; ela deve entender sua relevância para que possa se posicionar numa realidade de muitas dificuldades. Em seguida, deve divulgar seus trabalhos de modo que a comunidade acadêmica conheça sua importância.

Da mesma forma, os gestores das universidades devem atentar para a importância desses espaços na instituição, fomentando suas atividades e contribuindo para a efetivação de suas tarefas, num ciclo que beneficia a própria IES e dá a ela visibilidade.

Por tudo, as editoras universitárias da UFMA e da UEMA têm uma grande responsabilidade científica e cultural de publicar obras que tenham relevância para a comunidade acadêmica e para a sociedade como um todo. A partir de seus trabalhos, elas têm a capacidade de transformar o Maranhão por meio da educação.

Apesar dos desafios que a EDUFMA e a EDUEMA enfrentam, essa responsabilidade não deve ser esquecida e nem deixada de lado por conta das dificuldades que podem surgir. Dessa forma, as editoras, juntamente com as universidades, devem trabalhar em prol de um Estado melhor através da produção do conhecimento e da educação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, R. P. **A leitura e a escrita na era digital**. Brasília, DF: UnB, 2017.
- ANDRADE, R. de L.; ARAÚJO, W. J. de. Editoras universitárias e a publicação de livros digitais no Brasil. In: Encontro de Usuários de Sistemas de Publicação. 2017. **Anais...** Brasília, DF: SIS PUB, 2017.
- ARAÚJO JÚNIOR, M. de S. **A reestruturação do ensino superior no Regime Militar de 1964 a 1968**: reestruturação do ensino superior. Rio de Janeiro, [20--].
- ARAÚJO, E. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. Rio de Janeiro: Brasília, DF, 1986.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS. Uma história, um propósito, um futuro. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.abeu.org.br/farol/abeu/Blog/abeu/uma-historia-um-propósito-um-futuro-/9471>>. Acesso em: 06 maio 2018.
- BUFREM, L. S. **Editoras universitárias no Brasil**: uma crítica para a reformulação da prática. São Paulo: Edusp / UFPR, 2001.
- CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **History of the press**, [2---]. Disponível em: <<http://www.cambridge.org/about-us/who-we-are/history/timeline/>>. Acesso em: 04 maio 2018.
- CARRASCO, A. **Conheça as etapas da produção de um livro**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://howtobeafunnygirl.wordpress.com/2012/09/05/etapas-da-producao-de-um-livro/>>. Acesso em: 17 maio 2018.
- CARVALHO, R. S. **Panorama editorial em São Luís**: 2003-2008. São Luís, 2009.
- CAVALHEIRO, R. da C. R. História dos direitos autorais no Brasil e no mundo. **Cadernos de Direito**, São Paulo, v. 18, n. 3, 2001. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/896/415>>. Acesso em: 16 maio 2018.
- CHARTIER, R. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 21, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200012>. Acesso em: 12 maio 2018.
- COSTA, M. C. Compondo o cenário: os primórdios do ensino superior no Brasil e no Maranhão. In: _____. **Em cena, o movimento acadêmico estudantil no Maranhão**: 1930 a 1950. São Luís, 2009.
- COSTELLA, A. F. **O controle da informação no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1970.
- EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Resolução nº 129-CONSAD, de 13 de março de 2013. **Regulamento da política editorial da Universidade Federal do Maranhão**. São Luís, 2013.
- EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Resolução nº 101-consad, de 24 de novembro de 2009. **Regimento interno da editora da Universidade Federal do Maranhão – EDUFMA**. São Luís, 2009.
- ELIOT, S. **The history of Oxford university press**. New York: Oxford University Press, 2013.

- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FOSKETT, D. J. Et al. **Library**. Chicago, 2017. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/library>>. Acesso em: 16 maio 2018.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGs, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOMES, T. **Processo Editorial: O caso da editora da Universidade Federal do Maranhão**. São Luís, 2016.
- GUEDES, M. do C.; PEREIRA, M. E. M. Editoras universitárias: uma contribuição à indústria ou à artesanía cultural? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2000.
- HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- HEITLINGER, P. **Tudo sobre Tipografia, design e typeface design**. Lisboa, 2016. Disponível em: <<http://www.tipografos.net/autor.html>>. Acesso em: 02 jul. 2018.
- JAECKEL, V. O impacto da Primeira Guerra Mundial sobre a Europa e a literatura de guerra. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, n. 17, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LA/article/viewFile/25168/14523>>. Acesso em: 24 jun. 2018.
- KNAPP, W. **O que é editora**. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.
- LA CHANCELLERIE DES UNIVERSITÉS DE PARIS SORBONNE. **The Sorbonne in the Middle Ages**. Paris, [20--]. Disponível em: <<https://www.sorbonne.fr/en/the-sorbonne/history-of-the-sorbonne/la-fondation-de-la-sorbonne-au-moyen-age-par-le-theologien-robert-de-sorbon/>>. Acesso em: 16 maio 2018.
- LAMEIRA, A. **Lei de depósito legal: análise de uma trajetória (1907 a 2010)**. 2015. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/12093>>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- MATOS, C. A. de. **Análise dos periódicos eletrônicos em educação física: uma abordagem dos aspectos editoriais**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/1156>>. Acesso: 28 jun. 2018.
- MELOT, M. **Livro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2012.
- MIGALHAS. **Faculdade de Direito do Maranhão completa 89 anos**. São Luís, 2007. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI42784,21048-Faculdade+de+Direito+do+Maranhao+completa+89+anos>>. Acesso em: 05 jul. 2018.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de gestão do exercício de 2017**. São Luís, 2018.
- MIRANDA, F. G. **Memória histórica da Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.
- MORISSAWA, M. A organização do trabalho do texto. In: QUEIROZ, S. **Editoração: arte e técnica**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008. Cap. 2.
- MOTTA, R. P. S. **As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAHUZ, C. do S.; FERREIRA, L. S. **Manual da EDUFMA para apresentação de livros e folhetos**. São Luís: EDUFMA, 2013.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAULA NETO, S. de. **Compartilhamento de recursos de aprendizagem e pesquisa: estudo de consórcios acadêmicos de periódicos eletrônicos**. Campinas, 2005.

PAULA NETO, S. de. **Compartilhamento de recursos de aprendizagem e pesquisa: estudo de consórcios acadêmicos de periódicos eletrônicos**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2005.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, G. M.; CHAGAS, R. L.; PINTO, S. L. O renascimento cultural a partir da imprensa: o livro e sua nova dimensão no contexto social do século XV. **Akropólis**, Umuarama, v. 15, n. 1 e 2, p. 29-36, jan./jun. 2007.

ROSA, F. et al. A Presença das editoras universitárias nos acervos dos repositórios institucionais. **Revista Ciência, Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v.4, n.2, jul./dez.2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/69307/71782>>. Acesso: 28 jun. 2018.

ROSA, F. G. M. G. Os primórdios da inserção do livro no Brasil. In: PORTO, C. M. (Org.). **Difusão e cultura científica: alguns recortes**. Salvador: EDUFBA, 2009. Cap. 2.

ROSINHA, R. C. Política editorial: aspectos a considerar. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília DF, v. 17, n. 2, 1989. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/1754>>. Acesso em: 08 maio 2018.

SARAIVA, M. **Editoras e políticas de publicação em São Luís**. São Luís, 2008.

SCHULTZE, S. Características de periódicos científicos produzidos por editoras universitárias brasileiras. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 15, n. 2, p. 157-179, 2005. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/3608>>. Acesso em: 28 Jun. 2018.

STUMPF, I. R. C. **Revistas universitárias: projetos inacabados**. São Paulo: [s. n], 1994.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Regimento das Pró-Reitorias**. São Luís, 2015a. Disponível em: <http://www.uema.br/wp-content/uploads/2015/01/regimento_proreitorias.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Editora UEMA lança livros em solenidade na Casa do Maranhão**. São Luís, 2015b. Disponível em: <<http://www.uema.br/2015/05/editora-uema-lanca-livros-em-solenidade-na-casa-do-maranhao/>>. Acesso em 08 Jun. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **EDUEMA**. São Luís, [201-].

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Estatuto da Universidade Estadual do Maranhão**. São Luís, 1997. Disponível em: <<http://www.uema.br/wp-content/uploads/2015/01/estatuto.pdf>>. Acesso em: 07 Jun. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017 – 2021**. São Luís, 2016. Disponível em: <<http://www.pdi.uema.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **EDUFMA**. São Luís, 2016. Disponível em: <<http://www.edufma.ufma.br/index.php/loja/>>. Acesso em: 28 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Plano de desenvolvimento institucional 2017 – 2021**. São Luís, 2017. Disponível em:

<<http://www.ufma.br/porta1UFMA/arquivo/puwEW8dc9aoshs4.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

UNWIN, G.; UNWIN, P. S.; TUCKER, D. H. **History of publishing**. Chicago, 2018. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/publishing#ref28632>>. Acesso em: 12 maio 2018.

VERGER, J. History of the university in Europe. In:_____. **Universities in the Middle Ages**. Edinburgo: Cambridge University Press, 1992, v. 1.

VIEIRA, L. **A construção da narrativa científica nas ciências humanas: análise discursiva de editoriais da revista Varia Historia (2007 – 2016)**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-ASFE2N/let_cia_alves_vieira.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jun. 2018.

ANEXOS

ANEXO A – Resolução N 101188 CD – Criação da Editora Universitária



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

FUNDAÇÃO Instituída nos termos da Lei nº. 5.152, de 21/10/1966
SÃO LUÍS - MARANHÃO

RESOLUÇÃO Nº 1011/88 - CD

Cria a Editora Universitária e dá
outras providências.

O Reitor da Universidade Federal do Maranhão, na qualidade de PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR, no uso de suas atribuições estatutárias.

Considerando a necessidade de que seja intensificada a edição ou co-edição e divulgação e da produção intelectual dos professores, pesquisadores e/ou pessoal técnico-administrativo da Universidade ;

Considerando que o art. 57 do Estatuto da Universidade Federal do Maranhão prevê, em apoio ao sistema de ensino, pesquisa e extensão, a criação de Órgãos Suplementares, além dos já existentes ;

Considerando, ainda, a necessidade de oficializar as atividades desenvolvidas na Instituição, próprias da Editora Universitária ;

Considerando, finalmente o que decidiu este Conselho, em sessão desta data,

RESOLVE :

- Art. 1º Criar a Editora Universitária, Órgão Suplementar da Universidade Federal do Maranhão .
- Art. 2º As atribuições e competências da Editora Universitária serão definidas em Regime Próprio.
- Art. 3º A Editora Universitária será dirigida por um Diretor, de nomeação do Reitor.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

São Luís, 28 de julho de 1988.

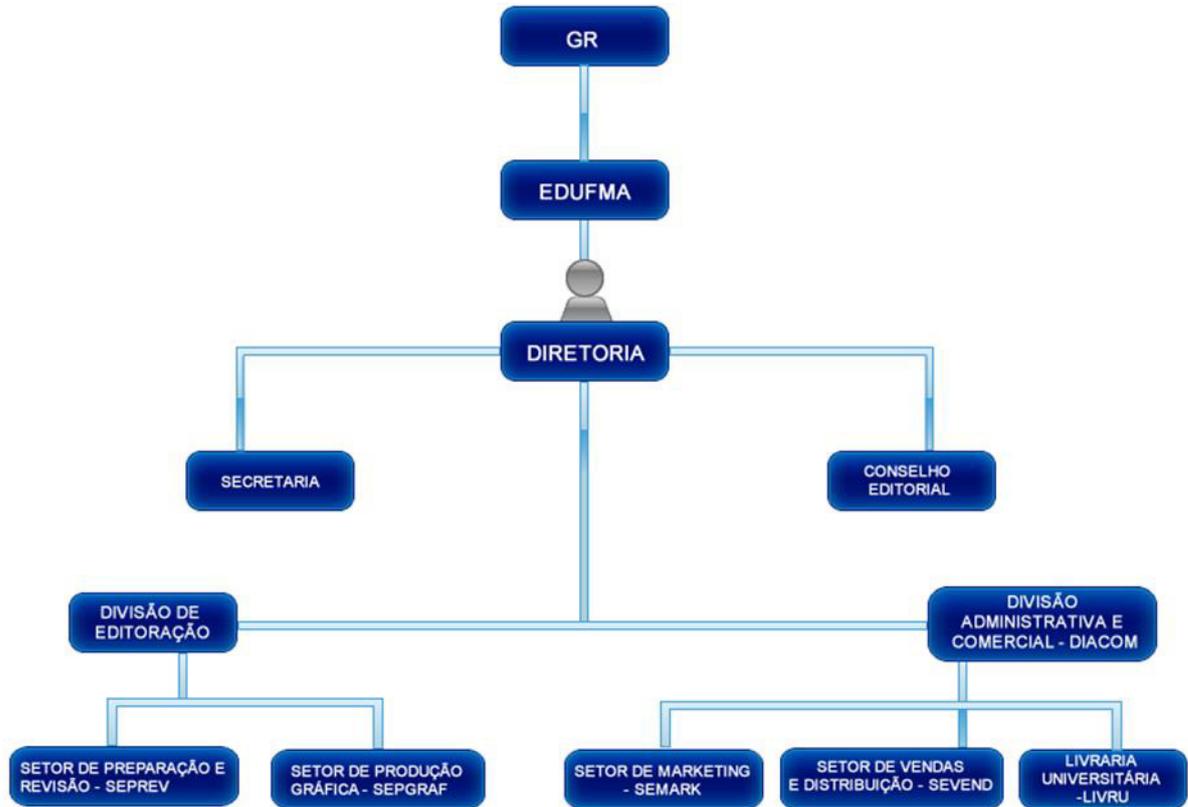

Prof. JOSÉ MARIA CABRAL MARQUES

Presidente

Av. dos Portugueses, S/N - Campus Universitário do Bacanga - São Luís - Maranhão - 65.080-040
Fone (Geral Campus) : (098) 217 8000 - Fax: (098) 217 8030

ANEXO B – Organograma da EDUFMA

Disponível em: <<http://www.edufma.ufma.br/index.php/organograma-2/>>. Acesso em: 01 Jun. 2018.



ANEXO C – Política Editorial da EDUFMA

RESOLUÇÃO Nº 129-CONSAD, de 13 de março de 2013.

*Aprova o Regulamento da
Política Editorial da Editora da
Universidade Federal do
Maranhão.*

O Reitor da Universidade Federal do Maranhão, na
qualidade de **PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**,
usando de suas atribuições estatutárias e regimentais;

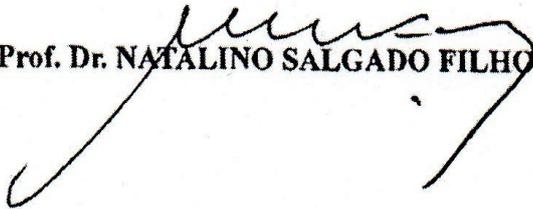
Considerando o que consta no Processo nº 5585/2012-12;

RESOLVE, ad referendum deste Conselho:

Art. 1º Aprovar o Regulamento da Política Editorial da Editora da
Universidade Federal do Maranhão, na forma do Anexo
Único parte integrante e indissociável desta Resolução.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 13 de março de 2013.


Prof. Dr. NATALINO SALGADO FILHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 Fundação Instituída nos termos da Lei 5.152, de 21/10/1966
 São Luís – Maranhão

ANEXO ÚNICODA RESOLUÇÃO Nº 129-CONSAD, de 13 de março de 2013.
REGULAMENTO DA POLÍTICA EDITORIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

- Art. 1º** A Editora da Universidade Federal do Maranhão-EDUFMA, órgão de natureza técnica, consultiva e deliberativa da UFMA, filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), é a responsável pela implementação da Política Editorial da UFMA, por meio das ações das suas unidades administrativas e do seu Conselho Editorial, e de acordo com a Resolução nº 101/CONSAD, de 24 de novembro de 2009, que estabeleceu o Regimento Interno da EDUFMA.
- Art. 2º** A Política Editorial da EDUFMA tem como propósito estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades que orientem a produção editorial no âmbito da UFMA, com o objetivo de proporcionar à comunidade acadêmica e à sociedade em geral produtos editoriais que subsidiem o desenvolvimento científico, tecnológico, educacional e artístico.
- Art. 3º** Na efetivação da sua política editorial, a EDUFMA se baseará nos seguintes princípios:
- I. Compromisso social;
 - II. Autonomia;
 - III. Transparência;
 - IV. Qualidades técnico-científica, artística e cultural dos produtos editoriais.
- Art. 4º** A EDUFMA tem por objetivos:
- I. Atuar, de forma autônoma e democrática, por meio do Conselho Editorial, na deliberação sobre suas publicações, visando o respeito às qualidades técnico-científica, artística e cultural, ao compromisso social e à promoção de todas as áreas de interesse acadêmico;
 - II. Promover a cultura e socializar o conhecimento por meio da produção técnica e bibliográfica universitárias;
 - III. Difundir a produção editorial universitária, prioritariamente da UFMA e solidariamente de outras instituições.
- Art. 5º** A EDUFMA obedecerá as seguintes diretrizes:
- I. Planejamento, monitoramento e avaliação das publicações no âmbito da UFMA;
 - II. Estímulo à publicação acadêmica maranhense;
 - III. Fortalecimento das publicações periódicas da UFMA;
 - IV. Apoio às produções técnicas, artísticas e culturais, à graduação, à pós-graduação, ao ensino, à pesquisa, à extensão e ao desenvolvimento tecnológico;
 - V. Facilitação do acesso público às obras editadas pela EDUFMA, otimizando a circulação da produção bibliográfica da EDUFMA, nos âmbitos interno e externo;

- VI. Melhorias da qualidade editorial e estabelecimento de normas para publicação;
- VII. Inovações em produtos editoriais;
- VIII. Estabelecimento de intercâmbio técnico-científico;
- IX. Melhoria constante da estrutura física e de recursos tecnológicos, visando a qualidade editorial;
- X. Otimização dos recursos humanos.

CAPÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES

Art. 6º

A operacionalização e a consolidação das diretrizes fixadas nesta política envolvem as seguintes responsabilidades:

- I. Ao Conselho Editorial estabelecer, aplicar e aperfeiçoar a Política Editorial da EDUFMA e desenvolver ações políticas e administrativas destinadas a garantir a execução da Política Editorial da EDUFMA;
- II. À Administração Superior da UFMA garantir Quadro de pessoal suficiente para atender à estrutura administrativa da Editora e dotação orçamentária para execução da Política de Recursos Patrimoniais e Financeiros.

CAPÍTULO III DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Art. 7º

A avaliação dos resultados da Política Editorial será realizada anualmente e se dará a partir dos seguintes indicadores:

- I. Quantidade dos volumes publicados (em edição e coedição);
- II. Qualidade, originalidade e reconhecimento público dos títulos publicados;
- III. Periodicidade das publicações;
- IV. Distribuição no mercado editorial (interno e externo).

CAPÍTULO IV DOS PRODUTOS EDITORIAIS E DA EDIÇÃO DE OBRAS

SEÇÃO I DOS PRODUTOS EDITORIAIS

Art. 8º

A EDUFMA manterá programas editoriais, avaliados e planejados pelo Conselho Editorial e executados pela Diretoria (e suas unidades administrativas) com anuência da Reitoria da UFMA.

Art. 9º

São Programas Editoriais mantidos pela EDUFMA:

- I. Programa Livros Textos (produções de professores da UFMA, com o conteúdo das suas aulas como auxílio didático aos alunos);
- II. Programa Textos Temáticos (trabalhos acadêmicos, temáticos, de professores ou alunos, organizados por um ou mais professores); Programa Textos Científicos (produções de professores, resultado projetos de pesquisas, extensão ou inovação aprovados no CONSEPE);

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei 5.152, de 21/10/1966
São Luís – Maranhão

III. Programa de Teses e Dissertações (teses e dissertações defendidas por professores da UFMA ou alunos dos seus programas de Pós-Graduação);

IV. Programa de Autores Maranhenses (obras de referência para a cultura maranhense, nas suas mais variadas áreas, na forma de edição ou reedição);

V. Programa de Obras Relevantes (traduções ou edições de importantes trabalhos acadêmicos ou obras inacessíveis ou raras);

VI. Anais de Encontros Acadêmicos (livro de resumos e anais de encontros realizados na UFMA ou em colaboração com outra universidade).

Art. 10

A Editora da Universidade Federal do Maranhão (EDUFMA) poderá realizar a edição de publicações em Edições Próprias ou em coedições.

SEÇÃO II NAS EDIÇÕES PRÓPRIAS

Art. 11

Na obra impressa na Imprensa Universitária da UFMA com custos integrais de impressão pagos pela EDUFMA, caberão ao autor 10% (dez por cento) da produção da obra, a título de quitação dos direitos autorais pela EDUFMA.

Parágrafo Único.

O restante da produção (90%) permanecerá a encargo da Editora, cabendo-lhe a distribuição gratuita a bibliotecas relacionadas ao intercâmbio de títulos.

SEÇÃO III NAS COEDIÇÕES

Art. 12

É permitido à EDUFMA realizar coedição de obras com outras editoras ou com os próprios autores, por meio de convênios específicos firmados na forma indicada neste Regulamento.

Parágrafo Único.

O convênio será realizado após a aprovação de publicação da referida obra pelo Conselho Editorial.

SEÇÃO IV COEDIÇÃO DE OBRAS ENTRE A EDUFMA E OUTRA EDITORA

Art. 13

Para obra impressa na Imprensa Universitária da UFMA com custos integrais de impressão pagos pela EDUFMA, a edição será dividida da seguinte forma:

- I. 70% do volume impresso à EDUFMA;
- II. 30% do volume impresso à outra editora.

- §1º Os direitos autorais serão quitados pela EDUFMA, cabendo ao autor 10% do volume total da produção da obra.
- §2º A distribuição da parcela da outra editora ficará sob a responsabilidade de sua rede de distribuição.
- §3º É de responsabilidade da EDUFMA a distribuição gratuita a bibliotecas relacionadas ao intercâmbio de títulos.
- Art. 14** Para obra impressa por uma gráfica externa à Imprensa Universitária da UFMA, os custos deverão ser divididos, da seguinte forma:
 I. 50% para cada editora, assim como a distribuição das obras editadas, após a quitação dos direitos autorais no percentual de 10% do volume editado, que caberão ao autor da obra;
 II. À EDUFMA a distribuição gratuita a bibliotecas relacionadas ao intercâmbio de títulos.

SEÇÃO V
COEDIÇÃO DE OBRAS ENTRE A EDUFMA E UNIDADES, SUBUNIDADES
E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFMA

- Art. 15** Para obra impressa na Imprensa Universitária da UFMA com custos integrais de impressão pagos pela EDUFMA, a edição será dividida da seguinte forma:
 I. 80% da edição à EDUFMA;
 II. 10% à Contraparte;
 III. 10% será pago pela EDUFMA ao(s) autor(es) a título de direitos autorais.
- Art. 16** Para obra impressa por uma gráfica externa à Imprensa Universitária da UFMA, se os custos forem divididos em partes iguais entre a EDUFMA e a Contraparte, a distribuição das obras editadas se dará na ordem de:
 I. 70% para a EDUFMA;
 II. 30% para a Contraparte;
 III. À EDUFMA, a quitação dos direitos autorais na ordem de 10% do volume editado para o(s) autor(es) e a distribuição gratuita a bibliotecas relacionadas ao intercâmbio de títulos.
- Art. 17** Para obra impressa por uma gráfica externa à Imprensa Universitária da UFMA, se os custos forem cobertos integralmente pela Contraparte, caberá à EDUFMA:
 I. 50% da produção da obra;
 II. A quitação dos direitos autorais para o(s) autor(es), no percentual de 10% do volume editado;
 III. A distribuição gratuita a bibliotecas relacionadas ao intercâmbio de títulos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei 5.152, de 21/10/1966

São Luís – Maranhão

SEÇÃO VI**COEDIÇÃO DE OBRAS ENTRE A EDUFMA E O(S) AUTOR(ES)**

- Art. 18** Para obra impressa na Imprensa Universitária da UFMA com custos de material de impressão pagos pelo autor da obra, pessoalmente ou financiado por alguma instituição de fomento, a edição será dividida da seguinte forma:
- I. Ao autor 50% da produção da obra, incluindo-se a quitação dos direitos autorais;
 - II. O restante da produção permanecerá a cargo da Editora, cabendo-lhe a distribuição gratuita a bibliotecas relacionadas ao intercâmbio de títulos.
- Art. 19** Para obra impressa por uma gráfica externa à Imprensa Universitária da UFMA, com os custos divididos na ordem de 50% para cada uma das partes, a distribuição das obras editadas se dará na ordem de:
- I. 50% para o autor, incluindo-se a quitação dos direitos autorais;
 - II. 50% à Editora que fará a distribuição gratuita a bibliotecas relacionadas ao intercâmbio de títulos.
- Art. 20** Para obra impressa por uma gráfica externa à Imprensa Universitária da UFMA, com os custos cobertos integralmente pelo autor ou por uma Agência de Fomento, a edição será dividida da seguinte forma:
- I. 40% da produção da obra à EDUFMA e ao autor 60% como quitação dos direitos autorais da produção e;
 - II. a distribuição gratuita a bibliotecas relacionadas ao intercâmbio de títulos, pela EDUFMA.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- Art. 21** Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Editorial.
- Art. 22** Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.
-